

Sumário

Número de notícias: 42 | Número de veículos: 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Super-ricos precisam atualizar dados do exterior 4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação de offshores 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda negocia acordos sobre benefícios fiscais 6

O POPULAR - GO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União prevê desconto de até 80% na disputa da subvenção de ICMS 7

O POPULAR - GO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto que valida acordo só deve ser votado após o dia 20 9

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo termina em 31 de maio 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ajuda amanhã para quem vai declarar o Imposto de Renda 12

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Iniciado o prazo para financiamentos eleitorais 13

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lote de restituição do Imposto de Renda para RS supera R\$ 1,1 bilhão 14

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Primeiro lote de restituição do IR vai priorizar os gaúchos 15

JORNAL SUPER NOTÍCIA - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR 2024: 'estou no 1º lote de restituição?'saiba regras 16

JORNAL SUPER NOTÍCIA - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dá tempo de conferir o leilão da Receita 17

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RF já recebeu 618,2 mil declarações, o equivalente a dois terços do total 18

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Adiada votação de projeto que valida acordo da desoneração 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Fazenda eleva projeção do PIB para 2,5% 20

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi: Não vejo possibilidade de Lula desvincular reajuste do INSS do salário mínimo - COLUNA DO ESTADÃO

22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

IFI reduz projeção para o déficit primário em 2024

24

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro quer 12 horas por dia para motoristas

25

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS reduz a fila por perícia médica em 46%

26

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Restituição do Imposto de Renda 2024 tem nova ordem de prioridade; veja (Imposto de Renda)

27

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo do Imposto de Renda acaba em duas semanas; saiba declarar em 30 minutos (Imposto de Renda)

29

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mudanças em regras da Previdência podem gerar economia de R\$ 550 bi em dez anos, diz estudo

32

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ainda a questão de gênero na Previdência

34

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2024: Sou aposentado, preciso declarar? Veja como fazer

35

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: Veja calendário completo das datas de pagamento de junho

36

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores do Executivo têm reajustes menores que os de outros poderes - EM MINAS

37

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária está parada há 1 mês

39

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasileiros têm mais de R\$ 1 trilhão no exterior

40

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária reduzirá tributos? (Artigo)	41
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: quais os benefícios para médicos e medicamentos (Reforma tributária)	43
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo acerta acordo sobre desoneração para municípios	44
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Não há como dizer se o BC tem a credibilidade intacta"	45
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Fazenda já vê Selic maior em função de cenário externo	47
O GLOBO - RJ - BRASIL ECONOMIA	
Copom corta Taxa Selic com votos divididos (Artigo)	48
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
PIB negativo no 2º tri entra no radar, diz economista	50
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Copom corta Taxa Selic com votos divididos	51
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa tem leve alta apesar de 2º dia de baixa de ações da Petrobras	53
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Para Mello, Selic depende mais de fator externo	55
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA ECONOMIA	
Fazenda aumenta para 2,5% estimativa de alta do PIB	56
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL/ECONOMIA ECONOMIA	
Estimativa do PIB em 2024 aumentou de 2,2% para 2,5%	57
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS ECONOMIA	
Previsão de mais crescimento e mais inflação	58
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA ECONOMIA	
Projeção para o PIB sobe para 2,5%	59

Super-ricos precisam atualizar dados do exterior

» **RAFAELA GONÇALVES**

Contribuintes brasileiros com aplicações no exterior, os chamados fundos offshore, têm até 31 de maio para atualizar as informações sobre bens e direitos fora do país. De acordo com o Ministério da Fazenda, há mais de R\$ 1 trilhão em ativos no exterior distribuídos entre cerca de 100 mil investidores.

A nova norma, prevista na lei que tributa os fundos dos "super-ricos", aprovada em dezembro do ano passado, permite a atualização opcional de bens e direitos no exterior, desde que já tenham sido declarados em 2022, exceto pessoas que não eram residentes e agora moram no Brasil.

A maior parte dos recursos mapeados está alocado em paraísos fiscais como Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman e outros territórios no Caribe. Segundo o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, Daniel Loria, ainda não é possível avaliar a adesão à nova lei, visto que alguns contribuintes deixaram para fazer sua declaração de Imposto de Renda no fim do prazo, que vence em duas semanas. "Claro que temos essa base, mas existem algumas variáveis que dificultam fazer uma estimativa exata", disse em coletiva de imprensa.

Alíquota menor A atualização não é obrigatória, mas os investidores que optarem por regularizar seus **tributos** passados contarão com algumas vantagens. Quem optar por regularizar pagará uma alíquota de 8%, abaixo dos 15% da alíquota padrão, além do congelamento da cotação cambial. Aquele que não fizer essa atualização terá exigências mais complexas para controle da tributação sobre lucros dos regimes antigo e novo, além de perder o benefício da alíquota reduzida.

"Essa é uma possibilidade de atualização do passado com algumas vantagens. Agora, a partir de 2024 todo mundo terá que pagar.

De qualquer jeito, todos vão entrar na nova regra. Esse investidor teria de pagar uma alíquota de 15%, é um desconto de quase 50% da alíquota-padrão", afirmou Loria.

Facilidade O economista Volnei Eyng, CEO da Multiplike, recorda que, anteriormente, esse tipo de

patrimônio ou rendimento era tributado apenas no momento do resgate.

Agora, a tributação é feita periodicamente.

"Para facilitar a declaração, o sistema da **Receita Federal** neste ano incluiu um campo específico para bens no exterior e fundos exclusivos", observou.

Para Giovanni Faria Milet, advogado do departamento tributário da Andersen Ballão Advocacia, a atualização dos bens no exterior pode ser uma forma prática e vantajosa de economia tributária.

"Principalmente para aqueles que pretendem vender ou liquidar esses bens no futuro, considerando que será pago um valor efetivamente menor de imposto de renda pelo ganho de capital", avaliou.

A Fazenda espera arrecadar mais de R\$ 5 bilhões em 2024 com o pagamento do imposto. A tributação faz parte dos esforços do governo para aumentar suas fontes de receita.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Tributação de offshores

(Estevão Tair e Guilherme Pimenta)

A **Receita Federal** detalhou as novas regras para atualização do valor de bens e direitos no exterior e tributação de offshores. As novas regras foram estabelecidas em lei aprovada no ano passado, com prazo de adesão até 31 de maio deste ano. O Ministério da Fazenda calcula que brasileiros detêm mais de R\$ 1 trilhão no exterior sujeitos às mudanças e projeta, com as alterações, uma arrecadação de R\$ 5,7 bilhões neste ano. No caso do valor de bens e direitos, a atualização é opcional. Caso opte por ela, o contribuinte pagará alíquota de 8% sobre o aumento do valor dos ativos. A valorização é calculada com base na diferença entre o valor de mercado em 31 de dezembro do ano passado e o custo de aquisição do ativo na declaração do Imposto de Renda (IR). O câmbio usado para a conversão é R\$ 4,8413, justamente o patamar de 31 de dezembro de 2023.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187876?>

Fazenda negocia acordos sobre benefícios fiscais

Beatriz Olivon De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a **Receita Federal** abriram a possibilidade de negociar acordos (transações tributárias) com contribuintes que discutem nas esferas administrativa e judicial cobranças de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre valores de benefícios fiscais concedidos por Estados. Os descontos chegam a 80%.

O edital sobre a chamada transação por adesão no contencioso tributário foi publicado ontem pelos órgãos. Inclui débitos decorrentes de exclusões de incentivos e benefícios fiscais ou financeiros referentes ao ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL feitas em desacordo com a Lei nº 12.973, de 13 de dezembro de 2023 - a Lei das Subvenções.

O pagamento dos débitos incluídos na transação, conforme o edital, poderá ser feito de duas formas: em espécie com redução de 80%, em até 12 parcelas mensais e sucessivas; ou desembolso em espécie de, no mínimo, 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas. Nessa segunda opção, eventual saldo remanescente pode ser pago em 60 parcelas com redução de 50% do que restar da dívida ou em 84 parcelas com redução de 35% do valor remanescente da dívida.

O edital era aguardado pelos contribuintes. Em 2023, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu alguns critérios para a incidência de Imposto de Renda e CSLL sobre subvenções para investimento (REsp 1945110). Na época, a União estimava que as disputas sobre o tema poderiam ter impacto de R\$ 47 bilhões. Na sequência, a Lei nº 14.789, de 2023, trouxe nova disciplina tributária às subvenções.

Com a edição da norma, contribuintes foram ao Judiciário. Há decisões de primeira e segunda instâncias para não submeter benefícios fiscais de ICMS à tributação, afastando a aplicação da Lei das Subvenções - uma das apostas do Ministério da Fazenda para cumprir as metas fiscais deste ano.

Pelos menos seis liminares foram concedidas recentemente por desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), com sede em Recife, e do TRF-3, com sede em São Paulo. Todos

os casos tratam de crédito presumido de ICMS, por haver, segundo advogados, forte precedente no STJ contra a tributação. (EREsp1517492/PR).

O prazo para adesão à transação começou ontem e vai até o dia 28 de junho. Nos casos de débitos inscritos na dívida ativa da União, os contribuintes devem acessar o Portal Regularize. Para débitos perante a **Receita Federal**, será necessária a formalização de processo digital no Portal do Centro Virtual de Atendimento - Portal e-CAC.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187876?>

União prevê desconto de até 80% na disputa da subvenção de ICMS

O Ministério da Fazenda abriu um novo programa de regularização tributária que mira empresas que reduziram o pagamento de **tributos** sobre o lucro ao descontar o ganho com benefícios fiscais de ICMS.

A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e a **Receita Federal** lançaram, nesta quarta-feira (15), um novo edital de "transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica*.

Dessa vez, poderão ser incluídas débitos decorrentes de exclusões de incentivos e benefícios fiscais ou financeiros referentes ao ICMS, imposto estadual, da base de cálculo do IRPJ/CSLL. **tributos** federais.

Para o governo, alguns desses abatimentos estão em desacordo com uma lei de 2014 (art. 30 da Lei nº 12.973). Uma lei sancionada pelo presidente Lula (PT) no ano passado, que tenta encerrar a controvérsia, está sendo questionada no STF (Supremo Tribunal Federal).

As empresas que aderirem ao programa podem pagar os valores cobrados pelo governo com desconto de 80%, percentual aprovado pelo Congresso e que consta na lei sancionada, em até 12 parcelas.

Outra opção é o pagamento de entrada de, no mínimo, 5% da dívida consolidada, em até cinco parcelas. Nesse caso, o saldo remanescente pode ser parcelado em até 60 vezes, com desconto de 50%, ou 84 parcelas, com redução de 35%. O prazo de adesão começa nesta quinta-feira (16) e vai até 28 de junho.

Para débitos inscritas na dívida ativa da União, a adesão deve ser feita pelo Portal Regularize, da PGFN (selecionar "Outros Serviços", opção "Transação no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia"). Para débitos perante a **Receita Federal**, é necessário abertura de processo digital no Portal e-CAC (entrar na aba "Legislação e Processo", por meio do serviço "Requerimentos Web").

Em dezembro do ano passado, o presidente Lula sancionou a lei que altera as regras para abatimento de benefícios de ICMS de **tributos** federais.

A medida é a principal aposta do Ministério da Fazenda para elevar as receitas em 2024 e reduzir o

déficit nas contas públicas. com impacto estimado de R\$ 35 bilhões na arrecadação do governo.

Mas as metas fiscais se tornaram mais desafiadoras após o anúncio de um pacote de socorro ao Rio Grande do Sul por causa da enchente histórica no estado. Segundo agência de classificação de risco Moody's, se o pacote de apoio ao RS no valor de R\$ 51 bilhões (0,5% do Produto Interno Bruto) for entregue conforme prometido, ela projeta um aumento do déficit geral de 0,5 ponto percentual em relação à última projeção da agência, de 6,2% para 6,7% ao ano.

No relatório, a agência ponderou que a magnitude do pacote de socorro fiscal ao Rio Grande do Sul é significativamente menor que a do auxílio adotado durante a pandemia de Covid-19, que foi de cerca de 8% do **PIB** e se traduziu em um déficit geral de quase 12%.

"O efeito dos gastos emergenciais relacionados às enchentes nas contas fiscais e na trajetória da dívida do Brasil ainda é administrável", aponta o documento. "Mas o governo precisará endereçar outras medidas para atingir a consolidação fiscal nos próximos anos", conclui o texto do relatório.

A lei sobre as subvenções permite ao governo federal tributar, a partir de 2024, o aumento de lucro gerado por incentivos fiscais de ICMS concedidos às empresas quando esses benefícios não estiverem ligados a investimentos.

Como acabam pagando menos imposto estadual ao receberem o incentivo, as empresas têm um ganho maior. Para não recolher **tributos** sobre esse valor extra, elas o excluem da base de cálculo de **impostos** e contribuições federais. Na prática, estendendo o benefício estadual ao nível federal.

JUDICIALIZAÇÃO

Em março deste ano, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade que questiona a nova legislação.

Segundo a entidade, ela viola o pacto federativo, pois o governo federal "abocanha parte de incentivos e benefícios fiscais concedidos por entes subnacionais"

como estímulos ao setor produtivo.

"Na prática, a União passa a tributar aquilo que os outros entes deixaram de arrecadar ao conceder os incentivos para o setor produtivo", diz a confederação, reforçando que a medida da União é uma inovação histórica no ordenamento jurídico e viola o pacto federativo.

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta que deu origem à lei, o Ministério da Fazenda argumentou que a concessão de benefícios de forma indiscriminada pelos estados causa prejuízo à arrecadação federal. Com a nova lei, quando o ganho estiver relacionado a investimentos, as empresas terão direito a um crédito de 25%, para compensar apenas o pagamento do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica).

Para fazer o abatimento, será necessário pedir autorização prévia à **Receita Federal**. Atualmente, a empresa faz a apuração dos **tributos** sem precisar de autorização para calcular o abatimento previsto. A norma também diz que só será permitido o uso do crédito depois que houver a conclusão do empreendimento. (Folhapress)

Na prática, a União passa atribuir aquilo que os outros entes deixaram de arrecadar ao conceder os incentivos para o setor produtivo" CNI, em trecho da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), contra a Lei 14.789/2023

Presidente Lula.- leis oncionodo em 2023 é oposta contra déficit maior

Site: <https://opopular.com.br/digital/17-maio-2024/1o-caderno>

Projeto que valida acordo só deve ser votado após o dia 20

A votação do projeto de lei que garante a manutenção da desoneração da folha de salários para 17 setores em 2024 e a sua reoneração gradual a partir de 2025 ficou para a próxima terça-feira (21), um dia depois do prazo que as em presas têm para fazer o pagamento do tributo.

O autor, senador Efraim Filho (União Brasil-PB), queria que o projeto fosse votado pelo Senado nesta quinta-feira (16), a tempo de ser aprovado também pela Câmara dos Deputados até o dia 20. A sessão, no entanto, acabou cancelada.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), esperava se encontrar ainda nesta quinta com o ministro Fernando Haddad (Fazenda). O senador também cobra uma solução para a desoneração dos municípios até segunda (20), quando começa a anual Marcha dos Prefeitos, em Brasília.

Agora, a expectativa das empresas dos setores beneficiados é que o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Cristiano Zanin suspenda até dia 20 os efeitos da reoneração.

Na quarta (15), a AGU (Advocacia-Geral da União) pediu a suspensão por 60 dias dos efeitos da liminar de Zanin que interrompeu a prorrogação da desoneração da folha para empresas.

Se o pedido não for atendido no prazo, as empresas terão que pagar a contribuição previdenciária sem os efeitos da desoneração da folha. Na prática, será um tributo maior, com a volta da cobrança da alíquota de 20% sobre a folha de salário.

As empresas também esperam que a **Receita Federal** possa resolver o impasse adiando o prazo de pagamento por cinco dias, até que a votação do projeto esteja concluída. A Fazenda, no entanto, não confirma essa possibilidade.

Efraim afirmou nesta quinta a jornalistas que é "imprescindível" que o governo apresente uma solução sobre a data. "Seja por uma decisão liminar na petição da AGU ou por uma portaria administrativa do governo, essa solução precisa vir. E o Senado tem encaminhado a urgência", disse.

"Acho que, a partir da petição da AGU, é possível que

haja a suspensão dos efeitos da liminar para postergar esse pra-zoe dar tempo para que a solução legislativa seja encaminhada. É mais legítimo que essa solução venha do Parlamento, que conduziu todo esse processo de debate." O senador apresentou um pedido de urgência para que o projeto de lei seja votado di retamente no plenário do Senado, sem passar por comissões. O líder do governo, Jaques Wagner (PT-B A), foi escolhido pelo presidente da Casa como relator.

MUNICÍPIOS

Efraim afirmou nesta quinta, após reunião de líderes, que o plenário do Senado também deve votar na terça um projeto de lei para resolver a desoneração dos municípios. Nenhum texto foi apresentado até o momento, diante da falta de acordo com o governo federal.

No novo recurso da AGU pedindo a suspensão da liminar por 60 dias, os advogados da União já citam o projeto de Efraim e a proposta de um adicional da alíquota da Cofins-Importação como medida compensatória para financiar a desoneração neste ano e a reoneração gradual a parti r de 2025.

A necessidade de compensação para o atendimento de regra prevista na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) foi o argumento utilizado pela União para pedir ao STF a suspensão da desoneração. A judicialização abriu uma crise com o Congresso, que havia aprovado o projeto da desoneração e depois derrubado o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à lei.

Um acordo foi anunciado na semana passada, mas contemplando apenas as empresas. Na ocasião, o presidente do Senado e o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçaram que no dia 20 as empresas não pagariam o tributo majorado.

Segundo estimativa feita pela consultoria do Senado, o aumento da Cofins-Importação deve aumentar a arrecadação em cerca de R\$ 2,4 bilhões neste ano. O valor, com a redução gradual, seria de R\$ 1,99 bilhão em 2025; R\$ 1,54 bilhão em 2026; e R\$ 1,07 bilhão em 2027.

O modelo de desoneração da folha, suspenso pelo STF, permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5%

sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários à Previdência. As alíquotas variam a depender de cada um dos 17 setores beneficiados.

A desoneração da folha foi criada em 2011, na gestão Dilma Rousseff (PT), e prorrogada sucessivas vezes. Entre os 17 setores, está o de comunicação. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros. (Folhapress)

Senadores buscam acordo com ministros.- impasse sobre desoneração

Site: <https://opopular.com.br/digital/17-maio-2024/1o-caderno>

Prazo termina em 31 de maio

Da Redação

Contribuintes de Mato Grosso e de todo o país têm até 31 de maio para enviar as declarações do Imposto de Renda 2024.

A exceção fica por conta do Rio Grande do Sul, que teve o prazo prorrogado até agosto em função das destruições causadas pelas fortes chuvas no estado.

Aqueles que não enviarem o documento dentro do prazo poderão receber multa de 1% ao mês do imposto devido, com valor mínimo de R\$ 165,74 e máximo de 20% do imposto devido.

O procedimento é obrigatório para quem obteve rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90; rendimentos não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil; receita bruta anual decorrente de atividade rural em valor acima de R\$ 153.199,50; realizou operações na bolsa de valores entre outros critérios.

Também em 31 de maio, a **Receita Federal** informa que será pago o primeiro lote de restituições para integrantes do grupo prioritário. (JF)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Ajuda amanhã para quem vai declarar o Imposto de Renda

Os contribuintes que ainda não preencheram o Imposto de Renda (IR) ou estão com dúvidas terão à disposição, amanhã, de 9 horas às 12 horas, um Núcleo de Apoio Contábil Fiscal (NAF), formado por alunos da FAESA.

O objetivo é ajudar quem deixou para última hora a prestação de contas com Leão. Os estudantes vão atender a população, gratuitamente, no prédio do Centro Universitário, na Ilha de Monte, em Vitória. O prazo para envio da declaração de 2024, sem multa, se encerra no dia 31 de maio.

Para facilitar o atendimento, o contribuinte deve levar documentos de identificação pessoal, como RG, CPF e título eleitoral, e o último IR declarado.

A multa cobrada, em caso de não envio da declaração, é de 1% ao mês, sobre o valor do Imposto de Renda devido, limitado a 20% do valor do Imposto de Renda. O mínimo a ser pago é R\$ 165,74. Até o momento, cerca de 24 milhões de declarações foram enviadas para a **Receita Federal**. A meta prevista é de 43 milhões até o final do prazo.

SERVIÇO

Mutirão do IR na FAESA

QUANDO: amanhã

LOCAL: Avenida Vitória. 2220. Monte Belo (FAESA Campus Vitória)

HORÁRIO das 9 horas ao meio-dia

DEVE-SE levar documentos de identificação pessoal, como RG, CPF e título eleitoral, e o último IR declarado

NOTAS FISCAIS de gastos, recibos e informes de bancos, comprovantes de aposentadoria ou saques de FGTS também podem ajudar

Iniciado o prazo para financiamentos eleitorais

O prazo para o financiamento coletivo de campanhas eleitorais, conhecido como "vaquinhas" iniciou nessa quarta-feira, 15. A ferramenta, que é cada vez mais relevante no contexto das disputas políticas, permite que todos os candidatos possam buscar o método para arrecadar recursos para as campanhas.

A "vaquinha virtual" ou "crowdfunding", como define o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), democratiza o processo eleitoral e permite que a população contribua diretamente para as campanhas de seus candidatos preferidos. O modelo de arrecadação coletiva foi liberado em 2017, sendo que nas Eleições Gerais de 2018, os candidatos somaram ao todo quase R\$ 20 milhões em doações. No ano de 2020, com as Eleições Municipais, foram quase R\$ 16 milhões, e na última edição, em 2022, o financiamento coletivo alcançou pouco mais de R\$ 14 milhões.

Para viabilizar a doação, empresas são credenciadas pelo TSE para realizar esse tipo de serviço. Segundo a advogada eleitoral, Fernanda Viotto, "essas plataformas são responsáveis por garantir a legalidade das transações e o cumprimento das normas eleitorais". Já estão habilitadas para prestar o serviço nestas eleições municipais sete empresas, são elas: AppCívico Consultoria Ltda; Azul Pagamentos Ltda; Elegis Gestão Estratégica, Consultoria e Tecnologia Ltda; GMT Tecnologia Ltda; M D Amigo Assessoria e Consultoria Contábil Ltda; Mindix Consultoria em Projetos Ltda; e QueroApoiar.com.br Ltda.

Existem regras que delimitam as doações, uma delas impõe que apenas pessoas físicas podem praticá-la, devem representar no máximo 10% do valor que declararam para a **Receita Federal** no IRRF do ano anterior. "Doações financeiras de valor igual ou superior a R\$1.064,10 só poderão ser realizadas por transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal, valendo também essa regra em caso de doações sucessivas realizadas por um mesmo doador em um mesmo dia", explica Viotto.

Os recursos arrecadados por meio do financiamento coletivo só podem ser usados para cobrir despesas relacionadas à campanha eleitoral. Após o registro da candidatura, os candidatos recebem um CNPJ, e com isso devem abrir as contas bancárias para receber os recursos da doação. O valor captado na vaquinha

precisa ser transferido para a conta específica de doação para que possa ser utilizado.

Para Viotto, o modelo de financiamento coletivo representa uma evolução na forma como as campanhas eleitorais são financiadas, "as vaquinhas oferecem uma maneira para que candidatos mobilizem apoio financeiro de uma base ampla de eleitores, mas a eficácia da ferramenta depende do cumprimento das regras estabelecidas para garantir a legalidade, transparência e justiça do processo eleitoral

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6331&edicao=133668#page/1>

Lote de restituição do Imposto de Renda para RS supera R\$ 1,1 bilhão

BENEFÍCIO

Agência Brasil

contato@jornaldezminutos.com.br

Mais de 900 mil declarantes gaúchos receberão pouco mais de R\$ 1,1 bilhão no primeiro lote de restituição do Imposto de Renda, a ser pago em 31 de maio, divulgou nesta quinta-feira (16) a **Receita Federal**. Segundo o Fisco, o número de contribuintes beneficiados superou as expectativas porque o novo sistema da Receita permitiu o fechamento do primeiro lote apenas em 15 de maio, em vez do prazo habitual de 10 de maio. Além de incluir os gaúchos no primeiro lote de restituição, a Receita promoverá medidas para ajudar o contribuinte gaúcho. Nos próximos dias, o Fisco fará o Mutirão de Acessibilidade Digital no Rio Grande do Sul. A iniciativa oferecerá computadores, tablets e acesso à internet para a população que está em abrigos poder acessar serviços públicos digitais.

Segundo a **Receita Federal**, serão oferecidos serviços como acesso a serviços públicos pelo Portal gov.br; acesso à conta bancária e a contas de e-mail e antecipação da restituição do Imposto de Renda. A medida terá o apoio de estudantes do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal, projeto desenvolvido pela **Receita Federal** em parceria com instituições de ensino, com objetivo de oferecer serviços contábeis e fiscais gratuitos a cidadãos e pequenas empresas.

Nas últimas semanas, a Receita anunciou uma série de medidas para o Rio Grande do Sul, como a doação de mercadorias confiscadas nas alfândegas, adiamento do pagamento de **tributos** e de entregas de declarações, como a do Imposto de Renda, o oferecimento de helicóptero e de drones do órgão e o lançamento do Receita Via Rápida para facilitar o recebimento de doações do exterior.

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2024/05/3baaf65517969da945913730d8b0f46a93288b624e854ea7244a2d4f54c2e762.pdf>

Primeiro lote de restituição do IR vai priorizar os gaúchos

xCerca de 900 mil declaran-tes gaúchos receberão pouco mais de R\$ 1,1 bilhão no primeiro lote de restituição do Imposto de Renda, a ser pago em 31 de maio, divulgou ontem a **Receita Federal**. Segundo o Fisco, o número de contribuintes beneficiados superou as expectativas porque o novo sistema da Receita permitiu o fechamento do primeiro lote apenas em 15 de maio, em vez do prazo habitual de 10 de maio.

Além de incluir os gaúchos no primeiro lote de restituição, a Receita promoverá medidas para ajudar o contribuinte gaúcho. Nos próximos dias, o Fisco fará o Mutirão de Acessibilidade Digital no Rio Grande do Sul. A iniciativa oferecerá computadores, tablets e acesso à internet para a população que está em abrigos poder acessar serviços públicos digitais.

Segundo a **Receita Federal**, serão oferecidos serviços como acesso a serviços públicos pelo Portal gov.br; acesso à conta bancária e a contas de e-mail e antecipação da restituição do Imposto de Renda.

(da ABr)

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_F693033CF05C83B2DEF9D9F476AE6274E1C68D3EAD29AD55D74AF09AC941F0577E7E68852F32E61B2C4E4B700478B3267F3F735507E941805643B31C032C4760A244052B9B325BAECA54D4CF6357DC23B4163F76DCC3C37237C079C315688F3A1DAFD9E7BB974DE91F4E6DF71B3AE4BFDBC276D9A8A0A9DDDE3607BB91B29

IR 2024: 'estou no 1º lote de restituição?'saiba regras

Dayse Resende fatesuper@supernoticia.com.br

O prazo de entrega do Imposto de Renda (IR) 2024 está acabando - os contribuintes têm até as 23h59 do dia 31 de maio -, e, para os que já declararam, a dúvida que fica é saber se está no primeiro lote de restituição.

É que o pagamento também será feito no dia 31, porém só quem enviou a declaração até o último dia 11 poderá receber, pois essa é a data que a **Receita Federal** realizou o primeiro processamento dos dados.

No entanto, isso não garante que o valor será depositado já neste primeiro lote. Há uma ordem de prioridade que inclui desde idosos acima de 80 anos até pessoas cuja maior fonte de renda seja o magistério (veja demais regras na infografia abaixo).

De toda forma, o contribuinte pode acompanhar o status do processo, principalmente para saber quando receberá sua restituição ou se ainda tem alguma pendência a ser resolvida.

Para isso, basta entrar no site Meu Imposto de Renda com a conta Gov.br e selecionar a aba "Consultar meu imposto de renda". Em seguida, o declarante pode conferir todas suas declarações e os respectivos status.

OUTRAS DATAS. Os demais lotes serão pagos nas datas 28/6 (2º lote), 31/7 (3º lote), 30/8 (4º lote) e 30/9 (5º lote). Importante lembrar que quanto mais cedo o contribuinte envia a declaração para a **Receita Federal**, mais rápido recebe a restituição.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Dá tempo de conferir o leilão da Receita

(Mariana Zancanelli/Folhapress)

Oportunidade

O Roupas, utensílios domésticos e decorativos, acessórios eletrônicos, peças para automóveis, veículos e até uma pedra preciosa são alguns dos itens que serão leiloados pela **Receita Federal** no próximo dia 28, às 10h. São peças que foram abandonadas ou apreendidas. Quem tiver interesse em arrematar as mercadorias deve enviar propostas até o dia 27 de maio.

Os interessados podem visitar os objetos entre os dias 20 c 24, nos locais determinados para cada um dos 245 lotes. A visita deve ser agendada previamente.

O leilão acontece no Sistema de Leilão Eletrônico, acessado via Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC): <https://cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login>.

Para participar, é preciso usar identidades digitais da conta Gov.br com nível de confiabilidade Prata ou Ouro.

DESTAQUES

No lote 76, há um celular Xiaomi M 10T com lance inicial de 3\$ 500. Já o lote 122 tem um Redmi 9T, um fone de ouvido sem fio JBL. uma Alexa da terceira geração e um Nintendo Switch por partir de R\$800.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

RF já recebeu 618,2 mil declarações, o equivalente a dois terços do total

Editado por EDIR GAYA

A exatos 15 dias do fim do prazo para a declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) 2024, a **Receita Federal** informa já ter recebido um total de 618.231 declarações dos contribuintes do Pará, o que corresponde a 66,7%, ou dois terços, do total, já que a expectativa é de sejam recebidas 926.790 declarações até o final do prazo.

O balanço é das 10h desta quinta-feira (16).

Já na 2ª Região Fiscal, composta pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, 1.335.870 contribuintes enviaram as informações ao Fisco federal, e a expectativa é de que sejam recebidas 2.037.763 declarações.

Todas as informações devem ser checadas e validadas pelo contribuinte antes do envio da declaração à **Receita Federal**. Para reduzir o risco de erros, uma dica do órgão é utilizar a declaração pré-preenchida, que é mais fácil.

O prazo de envio da declaração de Imposto de Renda 2024 termina em 31 de maio, e será cobrada uma multa de quem estiver obrigado a entregar a declaração e não o fizer até o fim do prazo.

O valor da multa é de 1% ao mês sobre o Imposto de Renda devido, limitado a 20% do montante. O valor mínimo da multa é de R\$ 165,74.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-1a863fa5dcc44d3204f79b17eb193350.pdf

Adiada votação de projeto que valida acordo da desoneração

brasília. A votação do projeto de lei que garante a manutenção da desoneração da folha de salários para 17 setores em 2024 e a reoneração gradual a partir de 2025 ficou para a próxima terça-feira, um dia após o prazo que as empresas têm para fazer o pagamento de tributo.

O autor, senador Efraim Filho (União Brasil-PB), queria que o projeto fosse votado pelo Senado ontem, a tempo de ser aprovado também pela Câmara dos Deputados até o dia 20. A sessão, no entanto, foi cancelada.

Agora, a expectativa das empresas é que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin suspenda até o dia 20 os efeitos da reoneração.

Anteontem, a Advocacia Geral da União (AGU) pediu a suspensão por 60 dias dos efeitos da liminar de Zanin que interrompeu a prorrogação da desoneração para empresas. Se o pedido não for atendido no prazo, as empresas terão que pagar a contribuição previdenciária sem os efeitos da desoneração da folha. Na prática, será um tributo maior, com a volta da cobrança da alíquota de 20% sobre a folha de salário.

As empresas também esperam que a **Receita Federal** possa resolver o impasse adiando o prazo de pagamento por cinco dias, até que a votação do projeto esteja concluída. A Fazenda, no entanto, não confirma essa possibilidade.

Efraim disse que é "imprescindível" que o governo apresente uma solução sobre a data. "Seja por uma decisão liminar na petição da AGU ou por uma portaria administrativa do governo". (Tháisa Oliveira e Adriana Fernandes/Folhapress)

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/login>
<https://meu-perfil.otempo.com.br/login>

Fazenda eleva projeção do PIB para 2,5%

» ROSANA HESSEL

Apesar da catástrofe climática no Rio Grande do Sul que, até a tarde de ontem, afetou 2,2 milhões de pessoas, deixou 151 mortos e 540 mil desabrigados, o Ministério da Fazenda elevou de 2,2% para 2,5% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano e manteve em 2,8% a expectativa de expansão econômica de 2025, conforme dados do Boletim Macrofiscal, divulgado ontem pela pasta.

Os números estão bem mais otimistas do que as previsões do mercado. A mediana das estimativas para o crescimento do **PIB** deste ano, coletadas pelo Banco Central no Boletim Focus, é de 2,09%, neste ano, e de 2%, no ano que vem.

Ao comentar os números do boletim elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, o titular da pasta, o economista Guilherme Mello, reconheceu que ainda é cedo para prever o impacto econômico das enchentes no estado sulista, e, por isso, o órgão não incluiu o assunto nas estimativas.

Conforme dados da SPE, o **PIB** do Rio Grande do Sul tem um peso aproximado de 6,5% no **PIB** do país, e, portanto, as perdas deverão ser registradas no segundo trimestre, mas deverão ser parcialmente compensadas nos trimestres anteriores devido aos pacotes de ajuda do governo federal que estão em curso, como o auxílio de R\$ 5,1 mil para as famílias comprarem itens perdidos, como eletrodomésticos. "A magnitude desse efeito depende da ocorrência de novos eventos climáticos, de transbordamentos desses impactos para estados próximos e do efeito de programas de auxílio fiscal e de crédito nas cidades atingidas pelas chuvas", destacou o documento da SPE. Segundo o órgão, "atividades ligadas à agropecuária e à indústria de transformação deverão ser as mais afetadas a nível nacional, por serem mais representativas no **PIB** do estado do que no **PIB** brasileiro".

A Fazenda piorou a projeção para a **inflação** oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 3,5% para 3,7% - acima do centro da meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%. Para 2025 a expectativa para o indicador passou de 3,1% para 3,2%, também acima do centro da meta. A mediana das estimativas do mercado para o IPCA deste ano e do próximo estão em 3,76% e 3,66%, respectivamente.

Enquanto o quadro fiscal piora e analistas aumentam as apostas da taxa básica da economia (Selic) no fim 2024 para 10% ao ano, Mello minimizou as preocupações e reforçou as falas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que a **inflação** de 2024 ficará abaixo da de 2023.

"Neste ano, novamente, teremos uma desaceleração da **inflação**, mesmo em um cenário com pressões externas que impactam a nossa taxa de câmbio e pressões domésticas como as que vão advir da catástrofe do Rio Grande do Sul e que impactam na produção de alguns alimentos", disse.

PIB trimestral A SPE também melhorou a previsão para o crescimento do **PIB** do primeiro trimestre de 2024, de 0,7%, no boletim de março, para 0,8%, para maio. "A expansão em serviços surpreendeu em janeiro e março, mostrando crescimento robusto dos serviços prestados às famílias e de informação e comunicação.

As vendas no varejo, as concessões de crédito e os dados de mercado de trabalho também surpreenderam positivamente no trimestre. Em contrapartida, apesar dos bons resultados de indicadores coincidentes para a construção, o desempenho da indústria extrativa e de transformação ficou aquém do esperado em março", informou o relatório.

Nessas novas projeções, a estimativa de crescimento da produção agropecuária passou de 11,6% para 12,3%, na mesma base de comparação. Já a previsão da produção industrial recuou de 0,7% para 0,3%. Enquanto isso, o volume de serviços deverá crescer 1%, acima da alta de 0,9% prevista em março, devido ao reflexo dos bons números do setor apresentados nos últimos meses, segundo a subsecretária de Política Macroeconômica da SPE, Raquel Nadal.

No Prisma Fiscal de maio, conforme os dados da Fazenda, a projeção mediana de 2024 para o déficit primário das contas do governo central - que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social** - recuou de R\$ 118,6 bilhões, em janeiro, para R\$ 76,8 bilhões, neste mês. A mediana das expectativas para Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deste ano teve leve variação entre março e maio, passando de 77,50% do **PIB** para 77,30% do **PIB**.

IFI menos otimista

Pouco depois de o Ministério da Fazenda divulgar novas projeções econômicas no Boletim Macro Fiscal, a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, também atualizou, ontem, as perspectivas para a economia brasileira, com estimativas mais conservadoras do que as do governo e piora nas contas públicas.

Enquanto a Fazenda prevê avanço de 2,5% e de 2,8% no Produto Interno Bruto (**PIB**), deste ano e do próximo, a IFI projeta avanços de 2% e de 1,9%, respectivamente.

Além disso, a entidade fez o mesmo alerta do Banco Central sobre a piora do quadro fiscal após o governo mudar as metas fiscais de 2025. Na semana passada, o BC reduziu o ritmo de corte da taxa básica da economia (Selic), de 0,50 ponto percentual para 0,25 ponto. Com isso, os juros passaram a 10,50% ao ano.

"Um fato importante foi a mudança de postura do Banco Central, a partir da detecção de uma incerteza maior em relação aos resultados fiscais e de expectativas de **inflação** desancoradas, que somadas à rigidez da política monetária americana, determinaram a desaceleração no ritmo de redução da taxa básica de juros pelo Copom", destacou o documento.

A entidade se alinhou com as novas projeções do mercado, ajustando as previsões para a Selic no fim deste ano, de 9,50% para 10% ao ano, e a de 2025, de 8,50% para 9%. No Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) os economistas da IFI destacaram o fato de que, com a mudança das metas fiscais, o governo "alongou o tempo do ajuste fiscal necessário para a produção dos superávits primários que permitirão a estabilização da relação entre a dívida pública e o **PIB**".(

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Lupi: Não vejo possibilidade de Lula desvincular reajuste do INSS do salário mínimo - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, não vê hipótese de o presidente Lula acatar a proposta de desvincular alguns benefícios previdenciários da política de reajuste do salário mínimo. A ideia foi levantada pela ministra Simone Tebet (Planejamento) como parte da agenda de redução de despesas da União.

"Sou radicalmente contra e acho que isso não passa sem me ouvir. Eu sou ainda ministro da Previdência. Não vejo possibilidade nenhuma de Lula, que eu conheço há 40 anos, fazer isso", disse em entrevista à Coluna/Broadcast.

O ministro avalia que a alteração na correção dos benefícios afetaria, principalmente, a população mais frágil da sociedade, e defende que a revisão de gastos recaia sobre outros grupos, como empresas, militares e o Judiciário.

I CONTAS. Lupi estima que a redução da fila de pedidos de benefícios vai gerar um aumento de despesas até setembro, porque novos beneficiários ingressarão no sistema. Mas, a partir deste período, ele diz que a tendência é a elevação de gastos deixar de crescer de forma vertiginosa, pois será eliminado o dispêndio da União com o atraso nos pagamentos.

I INCENTIVO. O ministro da Previdência criticou a desoneração da folha de pagamento dos municípios, negociada entre Congresso, prefeitos e Fazenda. Lupi avalia que a medida incentiva as prefeituras que têm regime próprio a migrar para o **INSS**, impactando mais as contas da União.

I LÓGICA. "A queixa que se tem é que a Previdência é deficitária.

Como eu equilibro as contas dando sempre algum tipo de isenção ou diminuição do imposto?", indagou.

"Acho muito mais salutar refinar a dívida dos municípios", acrescentou o ministro.

I AVANÇOU. A Comissão de Constituição e Justiça da

Câmara aprovou projeto que altera a Lei de Acesso à Informação (LAI) e autoriza solicitações anônimas. Hoje, é preciso se identificar para pedir uma informação via LAI.

I ESCOLHIDO. Ministro de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta quer nomear o ex-prefeito de Taquari (RS) Emanuel de Jesus, o Maneco, como número dois da nova pasta.

Hoje, Maneco é secretário de Comunicação Institucional na Secom da Presidência, ministério do qual Pimenta se afastou para assumir a autoridade federal.

I APOSTA. Maneco deve aceitar o cargo e, em 2026, disputar uma vaga na Câmara pelo PT-RS. A medida provisória que formalizou o Ministério da Reconstrução permite a criação de dez cargos, para além das vagas de ministro e secretário executivo. Pimenta ainda avalia quem vai compor o restante da equipe.

I APOIO. O ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, se comprometeu a levar ao presidente Lula um pedido para incluir bancos estaduais e cooperativas gaúchas nas linhas de subvenção anunciadas pelo governo federal. A demanda foi apresentada por frentes parlamentares ligadas ao setor produtivo.

I CRÉDITO. Lula anunciou R\$ 2 bilhões via Pronampe e Pronaf. A operação é exclusiva em instituições federais como Caixa e Banco do Brasil. As frentes dizem que os bancos federais têm poucas agências em vários municípios afetados pela tragédia.

PRONTO, FALE!!

Marcos Woortmann Virada Parlamentar Sustentável

"A mudança do clima é um problema global, mas temos que assumir nossa responsabilidade: 56% dos nossos municípios não têm qualquer ação climática."

CLICK

Ricardo Nunes Prefeito de São Paulo

Participou de uma missa celebrada no Vaticano, ontem, em memória de Bruno Covas (morto em 2021), acompanhado de Tomás Covas, filho do ex-prefeito.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IFI reduz projeção para o déficit primário em 2024

I ALVARO GRIBEL/ BRASÍLIA

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado melhorou as projeções de déficit primário do governo federal em 2024 e 2025. Os dados constam do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de maio, antecipado pelo Estadão.

Apesar de o cenário para as contas públicas permanecer "volátil" e de a equipe econômica ter revisado para pior as metas fiscais, o déficit primário deste ano deve ficar em 0,8% do **PIB**, ante 0,9% da estimativa de fevereiro. Já para 2025, houve redução de 0,8% para 0,5%.

"A IFI atualizou a sua projeção de déficit primário em função de um moderado crescimento da arrecadação no RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**) e das receitas não administradas", diz o relatório.

JURO BÁSICO. Com a sinalização mais dura do Banco Central na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a IFI agora está prevendo uma Selic mais alta no fim deste ano e no fim do ano que vem - a projeção saltou de 9,5% para 10%, em 2024, e de 8,5% para 9% em 2025.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Ministro quer 12 horas por dia para motoristas

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho realizou audiência sobre o projeto que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativos.

Foram discutidas possibilidades de ajustes e melhoria no projeto e a sua tramitação no Congresso Nacional. Segundo Marinho, o ministério aceita mudanças no PL, com exceção da carga horária máxima de 12 horas para os profissionais.

"O Ministério do Trabalho e Emprego praticamente não tem restrições para mudanças no Projeto em relação ao documento que foi apresentado no começo de fevereiro. A manutenção da carga horária máxima de 12 horas é o único ponto não negociável, por envolver a saúde dos motoristas e a segurança deles e dos usuários do serviço", justificou Marinho.

Estiveram presentes na audiência o presidente da Comissão Temática do Trabalho, deputado Augusto Coutinho (Republicanos- PE); o relator na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, deputado Lucas Ramos (PSB-PE); o relator na Comissão do Trabalho, deputado Luiz Gastão (PSD - CE); e o secretário do Regime Geral de **Previdência Social**, Adroaldo da Cunha Portal.

O deputado Augusto Coutinho informou na reunião que a tramitação do Projeto de Lei tem avançado dentro da regularidade.

Já o deputado Luiz Gastão, por sua vez, acrescentou que é importante ampliar no projeto as informações relacionadas à precificação do serviço prestado, ou seja, a forma como as plataformas pagam seus trabalhadores.

"É importante que todos tenham segurança jurídica e previsibilidade com relação à forma como vão ser contratados", afirmou Gastão.

Com o calendário apertado pelas eleições municipais, deputados envolvidos nas negociações pela aprovação do projeto que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativo correm para fechar um texto que alcance apoio da maioria na Câmara.

A partir do segundo semestre, os parlamentares estarão focados nas articulações para as eleições municipais, marcadas para outubro. Por isso, o

objetivo é votar o texto até junho, antes do recesso na Câmara.

Caso seja aprovada, a proposta seguirá para análise do Senado. Discordâncias sobre a contribuição previdenciária, representação por sindicato e valor da remuneração mínima do motorista por hora estão entre os pontos que provocam divergências

LUIZ MARINHO ressalta que as 12 horas por dia para motoristas por aplicativo são necessárias para manter a saúde e segurança dos profissionais

INSS reduz a fila por perícia médica em 46%

Ana Clara Veloso

Em cerca de oito meses, o número de pessoas que aguardam perícias médicas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) caiu 46%, após o Programa de Enfrentamento à Fila, do Ministério da **Previdência Social**. Em setembro do ano passado, 1.178.123 requerentes esperavam a data do agendamento para a perícia. Pela última contagem, havia 636.911 pessoas na fila este mês.

O tempo médio de espera do agendamento da perícia médica também diminuiu, de acordo com o levantamento.

Em setembro, as pessoas aguardavam 70 dias na média. Hoje, são 39 dias, o que representa uma redução de 44% neste tempo.

Ao EXTRA, o Ministério da Previdência elencou medidas implementadas para acelerar os atendimentos dos segurados e reduzir a fila de espera.

Os dados de setembro são os primeiros registros após a implantação do Programa de Enfrentamento à Fila, que paga valores extra aos servidores por análises feitas além da capacidade operacional regular das agências da Previdência.

Além disso, o ministério destaca a nomeação de 1.276 candidatos aprovados em concurso, com mil já atuando diretamente na análise de requerimentos de benefícios, e a realização de mutirões de perícia médica.

Desde o ano passado, já foram feitas 58.800 perícias em 418 mutirões pelo país.

As ações ocorrem com o deslocamento de servidores para atender regiões em que o tempo de espera por uma perícia está maior.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Restituição do Imposto de Renda 2024 tem nova ordem de prioridade; veja (Imposto de Renda)

A ordem da lista de prioridades para receber a restituição do Imposto de Renda 2024 mudou com a entrada dos contribuintes do Rio Grande do Sul, após as chuvas que assolam o estado.

Os gaúchos estão na frente dos contribuintes que optaram pela declaração pré-preenchida ou por receber a restituição por meio do Pix. A informação foi confirmada pela **Receita Federal** à Folha nesta quinta (16).

Os aposentados com 80 anos ou mais seguem tendo a prioridade máxima para o reembolso dos valores do fisco.

Idosos com 80 anos ou mais

Idosos com 60 anos ou mais, e pessoa com deficiência e/ou doença grave

Contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério

Contribuintes do Rio Grande do Sul

Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram por receber a restituição por Pix

Demais contribuintes

Entre as pessoas que estão no mesmo grupo de beneficiados, o desempate é feito pela data de entrega.

A Receita divulgou nesta quinta-feira (16) que o primeiro lote terá cerca de 900 mil contribuintes do Rio Grande do Sul, que receberão R\$ 1,1 bilhão.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O estado é o quinto com mais declarações no país, com 1.626.389, até as 16h31 desta quinta. Segundo a Receita, 65,1% (cerca de 1,05 milhão) terão direito a restituição. Portanto, pouco mais de 85% dos contribuintes gaúchos já receberão no primeiro lote.

A Receita também confirmou à Folha que os moradores de todas as cidades do Rio Grande do Sul estão na lista de prioridade, e não apenas os que moram nos municípios atingidos pelas enchentes.

A consulta aos valores deverá ser aberta no dia 24, uma semana antes da liberação do dinheiro, previsto para cair na conta no dia 31 de maio, prazo final para declarar o IR. Quem for obrigado a declarar e entregar o IR após o prazo legal pagará uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

O pagamento será feito na conta informada pelo contribuinte ao declarar o imposto, ou no Pix, caso essa tenha sido a opção. Neste caso, é preciso que a chave seja o CPF do titular da declaração.

Além do lote pago em 31 de maio, haverá ainda mais quatro lotes, que são liberados sempre no último dia útil do mês.

O número de contribuintes prioritários deve aumentar neste ano, já que a declaração pré-preenchida, que dá prioridade, está sendo usada por mais de 40% dos que estão prestando contas ao fisco até agora. No ano passado, o modelo foi adotado por 23,9%.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que, em 2023:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/restituicao-do-imposto-de-renda-2024-tem-nova-ordem-de-prioridade-veja.shtml>

Prazo do Imposto de Renda acaba em duas semanas; saiba declarar em 30 minutos (Imposto de Renda)

O prazo para entregar a declaração do Imposto de Renda 2024 termina em duas semanas, às 23h59 do dia 31 de maio. Neste ano, são esperadas 43 milhões de declarações, e mais de 17 milhões de contribuintes ainda não prestaram contas à **Receita Federal**.

Quem é obrigado a declarar e perde o prazo paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano. Especialistas ouvidos pela Folha ensinam como prestar contas em 30 minutos, fugir da multa e ficar em dia com as obrigações fiscais.

Apenas moradores do Sul do país em cidades atingidas pelas chuvas Rio Grande do Sul terão prazo maior: até 31 de agosto.

Para declarar em prazo recorde, o primeiro passo é saber se o contribuinte está em uma das regras que obrigam a entrega da declaração. Houve mudanças na legislação neste ano com o aumento do valor dos rendimentos que determinam quem precisa enviar a declaração.

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são

isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Mesmo que você não atenda as regras, é possível enviar a declaração para obter uma restituição do governo, caso você tenha tido uma parte dos rendimentos retido pelo fisco, mas não atingiu o valor mínimo para declarar.

Caso seja obrigado a declarar, o contribuinte deve separar os documentos necessários como dados pessoais como RG, título de eleitor e CPF, os informes de rendimentos que foram enviados por empresas, bancos, imobiliárias, planos de saúde e órgãos do governo como o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), e comprovantes e notas fiscais de pagamentos realizados em 2023 que podem ser usados para reduzir o IR.

Se não recebeu este documento, consulte os sites ou

procure a fonte pagadora. É preciso fazer esse pedido com antecedência. "Por isso, é importante não deixar para a última hora", diz Marcos Hanguí, especialista em Imposto de Renda da King Contabilidade.

Para quem não tem muito tempo, a indicação é coletar ao menos os dados dos rendimentos tributáveis de pessoa jurídica (como salário, aposentadoria e pensão) e de pessoa física (no caso dos autônomos), e das despesas que podem reduzir o imposto (como os gastos com saúde, educação e previdência privada) tanto do titular quanto de dependentes.

"Os rendimentos tributáveis e as despesas dedutíveis são as partes que a Receita tem uma atenção maior, pois afetam o valor a ser pago pelo contribuinte", afirma Eduardo Natal, sócio do Natal E Manssur Advogados.

Com os documentos nas mãos, o passo seguinte é baixar o programa para fazer a declaração. Ele pode ser feito pelo computador -fazendo o download do programa da Receita- pelo aplicativo Meu Imposto de Renda no celular ou tablet, ou ainda usando o portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita, que não requer baixar os programas.

Para ter acesso ao aplicativo Meu Imposto de Renda, o contribuinte precisa baixar o dispositivo nas lojas PlayStore (para Android) e App Store (para iOS). O desenvolvedor é Serviços e Informações do Brasil. É preciso também ter a conta ouro ou prata no portal gov.br para preencher a declaração usando o aplicativo.

Caso você já tenha o aplicativo instalado, é preciso fazer a atualização

Após isso, vá em "Entrar com gov.br" e preencha o seu CPF e clique em continuar. Em seguida, informe login e senha da conta gov.br

Com o login feito, no item "Declarações do IRPF" clique em "IRPF 2024"

Vá em "Preencher declaração"

O programa pergunta se você quer usar a declaração pré-preenchida (clique em iniciar pré-preenchida) ou fazer a declaração do zero (clique em iniciar em branco)

Com a escolha feita, preencha os dados da declaração e envie para a Receita

Vá ao portal da **Receita Federal** neste link (<https://mir.receita.fazenda.gov.br/portalmir/pagina-inicial>)

É preciso também ter a conta ouro ou prata no portal gov.br

Vá em "Entrar com gov.br" e preencha o seu CPF e clique em continuar. Em seguida, informe login e senha da conta gov.br

Com o login feito, no item "Serviços do IRPF" clique em "Fazer declaração" e em seguida vá em "2024"

O programa pergunta se você quer usar a declaração pré-preenchida (clique em iniciar pré-preenchida) ou fazer a declaração do zero (clique em iniciar em branco)

Com a escolha feita, preencha os dados da declaração e envie para a Receita

Entrar no site da Receita (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/download/pgd/dirpf>)

No lado direito da página, vá no item "Programa IRPF 2024 Ano-calendário 2023". Se o seu sistema operacional for o Windows, clique no botão "Baixar programa". A instalação será feita automaticamente.

Caso o seu sistema operacional seja MacOS, Linux, Win32 ou multiplataforma, clique na sua opção no item "Para outros sistemas operacionais". A instalação também é automática.

Se houver algum problema na instalação, a Receita disponibilizou informações com as principais dúvidas

Após a instalação, o programa abrirá uma tela de apresentação. Clique em avançar. Ele perguntará se pode abrir um arquivo com os dados do programa, clique em avançar. Em seguida, o programa questiona se há interesse em criar uma tecla de atalho. Se houver, clique em avançar.

Após isso, a instalação está concluída e o programa já pode ser aberto.

Para facilitar a tarefa, a Receita e os contadores ouvidos pela Folha recomendam o uso da declaração pré-preenchida. É preciso ter a conta nível prata ou ouro no portal gov.br para acessar o recurso. Clique aqui para saber como criar a conta e atingir o nível exigido.

A declaração pré-preenchida recebe informações de empresas, bancos, hospitais, médicos, dentistas, cartórios de imóveis, financeiras, exchanges e órgãos do governo como o **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**), por exemplo. Mas eles não são

checados pela Receita, que apenas os disponibiliza para quem vai declarar.

A verificação cabe ao contribuinte e é preciso estar atento, pois contadores apontaram falhas no recurso como a ausência de dados da aposentadoria e de reembolso de plano de saúde, erros nos saldos bancários, valores de imóveis e criptomoedas, e informações duplicadas em investimentos.

"Precisa verificar tudo. Quando houver uma divergência, siga o informe de rendimentos das fontes pagadoras para evitar cair na malha fina", comenta Dilma Rodrigues, sócia da Attend Contabilidade.

O contribuinte deve preencher as fichas da declaração e revisar antes de enviar para a Receita. De acordo com o órgão, os erros de digitação são as falhas mais recorrentes que levam a pessoa para a malha fina.

Com as fichas preenchidas, o passo seguinte é selecionar a tributação mais vantajosa: simplificada ou desconto legal. A primeira tem um desconto padrão de R\$ 16.754,34, enquanto a segunda subtrai as despesas dedutíveis para calcular o imposto. Após definir a tributação, essa escolha só pode ser alterada até 31 de maio, exceto as cidades que estão em calamidade pública no Rio Grande do Sul, que tiveram o prazo prorrogado até 31 de agosto.

"Para quem deixar para a última hora, a sugestão é usar a declaração simplificada, pois ela pode não ter como comprovar algumas despesas e todas precisam ter comprovantes", afirma Natal.

Confira se há pendências na declaração no item "Verificar pendências", em Fichas da Declaração. A ferramenta aponta se há erros. Caso a pendência esteja na cor vermelha, o contribuinte terá de corrigir obrigatoriamente para o envio da declaração. Já a cor amarela é uma correção opcional e não impede o envio.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Feito isso, selecione "Entregar a Declaração" e informe os dados para pagamento de restituição ou emita o Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) para pagamento do imposto, que pode ser quitado à vista ou em até oito vezes. Grave a declaração, o programa irá fechar o documento e, em seguida, clique sobre seu nome para transmitir, gerar o recibo e salvar a cópia da declaração e do recibo.

É importante guardar o recibo e todos os documentos

usados na declaração, pois a Receita tem até cinco anos para questionar as informações enviadas.

Por fim, depois de 24 horas do envio, entre no portal e-CAC da Receita para saber se a declaração foi aprovada ou caiu na malha fina. Caso o fisco tenha retido a declaração, é preciso checar os motivos e corrigi-los. Clique aqui para saber como consultar e efetuar as alterações solicitadas pela Receita.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/prazo-do-imposto-de-renda-acaba-em-duas-semanas-saiba-declarar-em-30-minutos.shtml>

Mudanças em regras da Previdência podem gerar economia de R\$ 550 bi em dez anos, diz estudo

Geralda Doca

O país poderá economizar R\$ 550 bilhões em dez anos, até 2035 com a **Previdência Social**, alterando apenas duas regras do regime de aposentadoria: desvinculação dos reajustes do salário mínimo do piso dos benefícios e mudanças nas regras da aposentadoria rural.

A cifra daria uma importante contribuição para o controle das contas públicas, além de abrir espaço para investimentos em áreas prioritárias, conclui um estudo do Centro de Liderança Pública (CLP). Contudo, mexer nesses dois pontos é um tema sempre sensível do ponto de vista político.

Recentemente, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu uma discussão sobre a possibilidade de desindexar os reajustes de benefícios de programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o abono salarial. Aliados do presidente Lula, no entanto, avaliam como remota a chance de o governo adotar essa ideia.

O atual governo retomou a política de reajuste do salário mínimo para os trabalhadores acima da **inflação**, usando como referência o crescimento da economia. Mas o valor dos benefícios previdenciários também é atrelado ao mínimo, vinculação que eleva os gastos da Previdência sempre que sobe o piso salarial dos trabalhadores na ativa.

O CLP sugere que o piso da Previdência seja corrigido apenas pela **inflação** por dez anos a partir de 2025, considerando o novo valor do salário mínimo, estimado em R\$ 1.502 a partir de janeiro de 2025. Caso isso seja feito, só em 2026, a economia estimada é de R\$ 80 bilhões. Pela proposta, o piso nacional seria a sua política para remunerar os trabalhadores em atividade.

O estudo cita pesquisa do IBGE, que revelou aumento dos benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes de baixa renda sem contribuição para o sistema, de 12,5% para 15,1% da população entre 2012 e 2023.

Nesse período, o universo de beneficiários que recebem o salário mínimo subiu de 6,6% para 7,7%, enquanto os do BPC aumentou de 0,8% para 1,6% da população. Se a medida tivesse sido adotada em 2012, os beneficiados pelo **INSS** teriam direito a um piso de R\$ 1.180. Atualmente o salário mínimo é de R\$ 1.412.

Contudo, essa diferença teria um forte impacto sobre as contas públicas, considerando o número total de beneficiários que recebem aposentadoria, pensões e BPC nesse valor - um universo de 36 milhões de pessoas. Em dez anos, a conta é de um impacto de R\$ 400 bilhões.

Para a entidade, a revisão das regras da aposentadoria rural seria outra medida com enorme potencial de economia e onde há margem para mudança. A categoria ficou de fora da Reforma da Previdência, em vigor desde 2019 e que mexeu com a vida de todos os brasileiros.

Esses trabalhadores podem se aposentar com 55 anos (mulher) e 60 anos (homem), com tempo mínimo de contribuição de 15 anos. A proposta do CLP prevê elevar a idade de aposentadoria para 65 anos - a mesma do BPC para idosos até 2030. Para mulheres, o aumento da idade seria de dois anos a partir de 2025 e para os homens. Isso representaria uma economia de R\$ 150 bilhões em dez anos.

Em 2023, o regime rural respondeu por um gasto de R\$ 174 bilhões, o correspondente a 1,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O BPC gerou uma despesa de R\$ 93 bilhões ou 0,9%.

O estudo reforça que os regimes de previdência dos trabalhadores urbanos, **servidores públicos** e de militares das Forças Armadas também são deficitários. Mas que, como eles foram atingidos pela reforma, politicamente, avalia o CLP, haveria maior resistência.

A entidade destaca que a Previdência terá que passar por mudanças, diante do processo acelerado de envelhecimento da população brasileira, aumento da expectativa de vida e queda na taxa de fecundidade.

Com isso, haverá cada vez menos trabalhadores na ativa para sustentar os aposentados.

No ano passado, as despesas com aposentadorias e pensões atingiram R\$ 1,1 trilhão, o que representa 10% do **PIB**. Esse montante equivale a um arrecadação total com tributos e contribuições.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/05/17/mudancas-em-regras-da-previdencia-podem-gerar-economia-de-r-550-bi-em-dez-anos-diz-estudo.ghtml>

Ainda a questão de gênero na Previdência

A economia é uma "ciência" ingrata. Nas palavras do historiador Thomas Carlyle, uma dismal science (ciência sombria), uma disciplina do conhecimento em que, com frequência, defrontamo-nos com escolhas amargas e consequências negativas de certas decisões necessárias. É inevitável lembrar essas reflexões ao pensar sobre nossas tendências demográficas.

Nas projeções do IBGE, para cada pessoa no conjunto de indivíduos de 60 anos e mais, em 2024 há 4,0 pessoas no grupo de 15 a 59 anos. Em 2050, essa relação cairá para a metade (2,0). Pense o leitor numa mudança que ocorra de uma geração para outra, em que a geração aposentada seja sustentada pelos filhos e não pelo governo. Numa geração, um casal tem dois filhos.

Se o homem morrer mais cedo, a viúva, na velhice, será sustentada por eles e a conta será dividida em duas partes.

Na geração seguinte, os casais têm um filho. Na velhice, se o padrão de o homem partir mais cedo se repetir, a viúva será sustentada pelo único filho, e o peso financeiro sobre este será o dobro que na geração anterior.

Agora passemos da família para o país. Em 2019, o Brasil fez uma reforma previdenciária muito importante. Porém, por razões compreensíveis naquelas circunstâncias, tendo que fazer escolhas difíceis para viabilizar a aprovação do "coração" da reforma, o governo optou, na ocasião, por privilegiar aquilo que era essencial no contexto.

E o essencial, naturalmente, era impedir a proliferação das aposentadorias aberrantemente precoces que se verificavam até então.

Isso quer dizer que a reforma foi importante à luz das regras extremamente benevolentes de aposentadoria que existiam no Brasil. Entretanto, se na Constituição de 1988 o país tivesse adotado regras mais razoáveis, a reforma de 2019 teria sido irrelevante. Por quê? Porque continuamos tendo regras que não são compatíveis com as tendências demográficas em curso.

Por isso, para estimular o debate sobre o tema, com meus colegas O. Sidone e G. Tinoco escrevemos o artigo "Política previdenciária e equidade de gênero: Propostas para uma maior efetividade", publicado

como Texto para Discussão número 12, do Ibre/FGV, disponível no portal do Ibre.

Em 2019, a idade de aposentadoria para as mulheres passou de 60 para 62 anos, e a diferença entre gêneros caiu de 5 para 3 anos. Foi um passo na direção certa.

Porém, em 1988, quando foi aprovada a Constituição, estabelecendo o requisito de idade de 60 anos para as mulheres, estimava-se que, nessa idade, a sobrevivida média de uma pessoa do gênero feminino fosse de 18 anos. Hoje, aos 62 anos, a sobrevivida média de uma mulher é de 22 anos.

Mesmo com o aumento de 2 anos na exigência etária, o benefício pago pelo **INSS** tem uma duração esperada 4 anos maior que há três décadas e meia.

Itamar Franco, quando presidente, dizia que "os economistas olham os números, mas nós temos que olhar as pessoas". É uma forma demagógica de se esquivar de tomar decisões. É como se uma mãe dissesse que "o médico olha para a doença, mas eu olho para o sentimento do meu filho" e em nome disso se recusasse a vacinar este.

Por mais bondosa que a pessoa seja, ela não estará sendo uma boa mãe com esse raciocínio. Algo análogo ocorre com os governantes: há decisões difíceis que precisam ser tomadas.

O Censo de 2022 revelou que, de cada 100 brasileiros, 51 são mulheres. Na faixa etária de 65 anos ou mais, porém, essa proporção é de 57%. No grupo dos nonagenários, de cada 3 pessoas, 2 são mulheres. A figura do "beneficiário do **INSS**" tende a ser, cada vez mais, uma figura feminina.

Por isso, quando nos próximos anos uma nova reforma previdenciária entrar novamente na agenda, reduzir ligeiramente a diferença de gênero de 3 anos da regra de 2019 é algo que terá que ser parte da pauta.

A despesa do **INSS** em 2024 será da ordem de R\$ 920 bilhões, e ela irá voltar a estrangular o espaço para as demais políticas públicas. Em algum momento, será preciso retomar esse debate.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/fabio-giambiagi/coluna/2024/05/ainda-a-questao-de-genero-na-previdencia.ghtml>

Imposto de Renda 2024: Sou aposentado, preciso declarar? Veja como fazer

Aposentados e pensionistas também precisam declarar Imposto de Renda, caso seus rendimentos estejam acima do teto de isenção, que é de uma remuneração mensal de R\$ 2.112. Mas há um benefício a mais para os idosos, ou seja, maiores de 65 anos: a isenção extra.

Elton Baiocco, advogado tributarista da Farracha de Castro Advogados, explica que esse benefício funciona como uma espécie de aumento no teto de isenção para quem recebe o **INSS**.

Por exemplo, se um idoso recebeu, em aposentadoria ou pensão, mais do que R\$ 30.639,90 no ano passado, ele precisa declarar o IR 2024, mas com a isenção extra (que soma R\$ 1.903,98 por mês ao teto de isenção), ele pode acabar tendo um desconto no imposto devido ou talvez nem precise pagar.

Apesar do aumento no limite de isenção do Imposto de Renda no ano passado, a isenção extra para idosos e pensionistas permanece a mesma neste ano.

Sendo assim, considerando o valor total da dupla isenção (a geral e a extra), as faixas mensais de isenção para 2023 ficam da seguinte maneira:

Ou seja, quem recebeu um total de até R\$ 51.247,68 de aposentadoria ou pensão em todo o ano passado ficará isento, considerando quatro meses de isenção até R\$ 3.806,56 e oito meses até R\$ 4.015,98. Já quem ganhou mais do que R\$ 51.247,68 só pagará imposto sobre o que exceder essa fatia da sua renda.

Baiocco ressalta que a dupla isenção só vale para os benefícios pagos pelo **INSS**. Outras fontes de rendimentos, como o aluguel de um apartamento ou resgate de aplicações financeiras, por exemplo, não entram nesse teto e devem ser informados normalmente no Imposto de Renda. Veja aqui como declarar previdência privada.

Para facilitar a prestação de contas nesta época do ano, o aposentado ou pensionista pode obter o informe de rendimentos do **INSS**, que detalha tudo o que foi recebido no ano-base, e destaca se há imposto a pagar. Você pode ter acesso a esse documento no aplicativo ou no site Meu **INSS** por meio do cadastro Gov.br.

Caso você não saiba como fazer cadastro no Gov.br, clique aqui para ver um tutorial que O GLOBO preparou.

A parcela da aposentadoria coberta pela dupla isenção (R\$ 51.247,68) deve ser informada na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis", disponível em "Fichas da Declaração", no menu à esquerda do programa do Imposto de Renda 2024 para computador. Clique em "Novo".

Selecione o código 10 (Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais). Em seguida, informe quem é o beneficiário (se é você ou um de seus dependentes) e os dados solicitados, que podem ser consultados no informe de rendimentos do **INSS**. Clique em Ok para confirmar.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2024/05/17/imposto-de-renda-2024-sou-aposentado-preciso-declarar-veja-como-fazer.ghtml>

INSS: Veja calendário completo das datas de pagamento de junho

Colaboração para o UOL, em São João del Rei (MG)

O calendário para pagamento dos benefícios do **INSS** relativos a junho já foi divulgado. Os depósitos terão início no dia 24.

No total, aproximadamente 39 milhões de benefícios serão pagos, dos quais 5.657.745 são assistenciais e 33.379.120 são previdenciários.

As datas de pagamento variam de acordo com o valor do benefício: pagamentos de até um salário mínimo ocorrem em datas diferentes dos depósitos destinados a beneficiários com renda mensal superior ao piso nacional.

Para consultar a data de pagamento, basta observar o último número do cartão de benefício, ignorando o último dígito verificador após o traço.

Por exemplo, se um cartão apresenta o número 123456789-0, o último dígito considerado é o 9.

Para os beneficiários com histórico de recebimento, a data de pagamento segue o padrão habitual.

Confira abaixo as datas de pagamento do **INSS** referentes a janeiro:

Até 1 salário mínimo:

Acima de 1 salário mínimo:

O extrato do **INSS** pode ser acessado através do aplicativo do **INSS** e do site Meu **INSS**. Para acessar, basta fazer login com a conta Gov.br, o login único para os serviços digitais do governo federal.

Tanto no aplicativo quanto no site, o segurado poderá verificar informações essenciais, como o extrato de pagamento de benefícios, os valores a serem recebidos no próximo calendário, as datas de pagamento, além de permitir o agendamento ou remarcação de perícias e a utilização de outros serviços relacionados aos benefícios da **seguridade social**.

Além das várias modalidades de aposentadoria (idade, invalidez, etc.), o **INSS** também engloba benefícios como auxílio-doença, auxílio-reclusão, pensões,

salários família e maternidade, pecúlio e seguro-defeso.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/05/17/inss-veja-calendario-completo-das-datas-de-pagamento-de-junho.htm>

Servidores do Executivo têm reajustes menores que os de outros poderes - EM MINAS

BERTHAMAAKAROUN

Entre 2019 e 2024, a massa salarial de servidores dos poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público apresentou em Minas Gerais um crescimento médio de 73,64%, acima da inflação do período, de 38,78% (IPCA acumulado). Mas a realidade remuneratória dos servidores do Executivo é outra: no mesmo período, a massa salarial cresceu em média 32,07%, abaixo da recomposição inflacionária. Esse índice foi puxado pelos rendimentos dos professores, que apresentaram reajuste de 34,05% decorrente da vinculação com o piso nacional da educação; e dos militares, variação de 28,87%. A recomposição dos rendimentos dos demais servidores do Executivo estadual foi de apenas 14,04% no mesmo período.

Os dados são apresentados pelo vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais (Sindifazfisco), João Batista Soares, auditor fiscal de Minas Gerais, pós-graduado em contabilidade governamental, auditoria e direito tributário. "A dotação orçamentária do Ministério Público de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado soma 11% das receitas correntes líquidas do estado. Mas o peso das remunerações desses servidores responde por 20% da massa salarial do conjunto do funcionalismo. E é importante registrar que são em número muito inferior ao quadro de pessoal do Poder Executivo", afirma João Batista Soares.

Tais disparidades de carreiras entre poderes também são percebidas nos projetos de recomposição salarial que tramitam na Assembleia Legislativa. Enquanto a recomposição salarial do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Defensoria Pública já foi aprovada em segundo turno, com índices que variam de 4,18% do Ministério Público, 4,5% para a Defensoria Pública, 4,62% para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), 6,12% para a Assembleia e 8,02% para o TJMG; para o funcionalismo do Executivo, o reajuste apresentado no projeto de Projeto de Lei 2.309/2024 foi de 3,62%.

Sem quórum nas duas últimas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, a matéria já mobiliza servidores, principalmente, das forças de segurança e acarreta desconforto à própria base aliada de Romeu Zema (Novo). Categoria com maior poder de pressão, servidores das forças de segurança do estado, em particular, militares, que pleiteiam recomposição de 41,6% acumulada desde 2015, estão mobilizados também contra o Projeto de lei 2.239/2024, que institui o chamado Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado e altera a lei do Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), propondo a redução do repasse da obrigação patronal, portanto diminuindo a contribuição do governo e elevando as alíquotas da contribuição dos servidores, atualmente de 10,5% para 13,5%, aí acrescida contribuição de 3% para financiar os sérvios de saúde dos militares.

Um terceiro projeto de lei, 2.238/2024, também aumenta o piso de contribuição dos demais servidores para com o Ipsemg de R\$ 33,05 para R\$ 60,00; já o teto passa de R\$ 275,15 para R\$ 500,00. Um pelo outro, na ponta do lápis, as entidades que representam o funcionalismo avaliam que reajuste de 3,62% de um lado e aumento da contribuição do outro será de soma zero, quando não for negativa para algumas categorias. Um pacote indigesto que aguarda o Romeu Zema em seu retorno de Nova York.

*

O que é possível

Ao defender a recomposição salarial de 3,62% para os **servidores públicos** do estado, o líder do governo na Assembleia Legislativa, João Magalhães (MDB), afirma: "O governo está dando o possível, está sendo responsável. Não tem como ampliar esse percentual sem descumprir o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)". Segundo Magalhães, mesmo sem a homologação pela Assembleia Legislativa, o estado já está sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), por força de liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). A previsão de João Magalhães é de que o projeto será votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima terça-feira (21).

Manifestação

A semana se encerra sem que tenha havido quórum, na Comissão de Constituição e Justiça, para a apreciação do Projeto de Lei 2.309/2024, que concede o reajuste de 3,62%. O deputado estadual Sargento Rodrigues (PL) defende que a matéria só seja apreciada após o retorno do governador Romeu Zema, que participa em Nova York do Lide Brazil Investment Forum, presidida por João Doria Neto, filho do ex-governador de São Paulo, João Doria. Sargento Rodrigues convoca, para a próxima terça, 21, manifestação das forças de segurança na porta da Assembleia Legislativa, às 13 horas.

Provocação

Oposição a Romeu Zema na Assembleia Legislativa se articula para apresentar 11 emendas ao Projeto de Lei 2.309/2024, entre as quais, aquela que propõe reajuste de 298% a todos os **servidores públicos** civis e militares do estado. O percentual foi definido, segundo o deputado estadual Jean Freire (PT), para "igualar o aumento concedido ao governador Romeu Zema (Novo), seu vice, Mateus Simões (Novo) e os secretários estaduais", aprovado em abril de 2023.

Acordo e candidatura

Após firmar acordo de não persecução civil (ANPC) com o Ministério Público de Minas Gerais, Anderson Aduato, ex-deputado federal e ex-prefeito de Uberaba, poderá concorrer à sucessão no município. Ele pagará multa de R\$ 1,25 milhão, assim deixando de responder a três ações por improbidade administrativa. Duas ações estão no âmbito do Judiciário e dizem respeito a suposta contratação irregular de uma empresa de publicidade, que teria sido paga com recursos da prefeitura municipal, em 2007.

Conselho Nacional

O procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, foi empossado na presidência do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). Sucede ao procurador-geral de Justiça do Pará, César Mattar Júnior. A posse solene será em 12 de junho, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Jarbas fica no cargo até dezembro, quando encerra seu quarto mandato à frente do MPMG.

Mata do Jardim América

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou em segundo turno, nesta quinta-feira, o Projeto de Lei 684/2023, que reconheceu o valor ecológico,

paisagístico, cultural e comunitário da área conhecida como Mata do Jardim América. O terreno é delimitado pelas ruas Daniel de Carvalho, Gama Cerqueira, Sebastião de Barros e pela avenida Barão Homem de Melo. A proposta foi apresentada pelos vereadores Iza Lourença e Cida Falabella, ambas do Psol, Pedro Patrus (PT) e Wagner Ferreira (PV). Na justificativa, os vereadores sustentam ser essa uma das únicas áreas verdes da cidade, com mais de 900 árvores, entre jacarandás, cedros, copaíbas e ipês centenários, no entorno dos bairros Jardim América, Gutierrez, Nova Suíça, Nova Granada, Calafate, Prado, Barroca, Alto Barroca, Salgado Filho e Grajaú, onde vivem mais de 140 mil habitantes.

Site: <https://digital.em.com.br>

Reforma tributária está parada há 1 mês

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto

Quase um mês após o envio do principal projeto de lei da regulamentação da **reforma tributária**, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda não instalou o grupo de trabalho que será responsável pela discussão da proposta e quebra a cabeça para montar os dois colegiados, com apenas seis integrantes cada, número que é menos da metade da quantidade de partidos com representação na Casa.

O parlamentar do PP quer fazer dois grupos para elaborar um parecer. Um para o primeiro texto, já enviado pelo Executivo, que definirá o funcionamento do sistema. Um segundo GT trataria do projeto, ainda não enviado, sobre o comitê gestor do IBS e as disputas jurídicas em torno do imposto.

Lira reclamou, reiteradas vezes, do atraso do governo em mandar o projeto, dizendo que isso atrasaria o calendário, mas agora governistas se queixam, nos bastidores, que é ele quem tem atrasado os debates. A matéria chegou ao Legislativo há mais de três semanas.

Os partidos fizeram as indicações nos últimos dias, alguns com mais de um nome, na expectativa de que ocupem vagas nos dois colegiados. Isso, contudo, não deve ocorrer, e todos aguardam a divulgação, pelo menos, do GT que será responsável pelo debate do texto principal. Desde o início da semana, o deputado do PP chegou a indicar que formalizaria a decisão nesta semana, o que ainda não ocorreu.

Apesar de já terem feito suas escalas, as lideranças partidárias dizem que a decisão final sobre a composição dos grupos será do presidente da Câmara - o que deve gerar reclamações de quem for excluído.

O Valor apurou que várias legendas indicaram mais de um deputado, um para cada grupo de trabalho. O PT escolheu Reginaldo Lopes (MG), Merlong Solano (PI) e José Neto (BA). O PL indicou Joaquim Passarinho (PA) e Luiz Philippe de Orléans e Bragança (SP). O PDT sugeriu o nome de Mauro Benevides (CE). O PSD propôs os deputados Luiz Gastão (CE) e Sidney Leite (AM).

Considerado o nome favorito de Lira para sucedê-lo no comando da Casa, o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), ainda não indicou nenhum nome e sinalizou que pode fazê-lo só depois que a instalação

realmente sair do papel. Apesar disso, a vaga do União está garantida, em função da bancada numerosa e da proximidade do baiano com o deputado do PP.

Mesmo sem nenhuma garantia, legendas menores, como o PSB e o Psol, já fizeram chegar ao presidente da Câmara os nomes de Pedro Campos (PSB-PE) e Ivan Valente (Psol-SP) para fazer parte da composição que debaterá a regulamentação da **reforma tributária**.

Nem mesmo os aliados mais próximos do alagoano sabem explicar como o parlamentar do PP planeja distribuir essas vagas. De acordo com interlocutores, "tudo está na cabeça de Lira", que não estaria dividindo suas idéias com ninguém para evitar indisposições antes mesmo do início dos trabalhos desses colegiados.

A única coisa que está praticamente consolidada é que esses grupos devem ter coordenadores, mas, de forma inédita, não contariam com um "relator" e os textos teriam que ser decididos por consenso.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187876?page=1§ion=1>

Brasileiros têm mais de R\$ 1 trilhão no exterior

ATUALIZAÇÃO Contribuintes brasileiros com aplicações no exterior têm até o fim de maio para atualizar informações sobre bens e direitos fora do país e optar por um novo modelo de tributação para fundos offshore, conforme lei aprovada no fim do ano passado.

Cerca de 100 mil brasileiros possuem mais de R\$ 1 trilhão em ativos no exterior declarados ao Banco Central, disse à Agência Reuters Daniel Loria, diretor de programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, em que trabalha junto com Bernard Appy.

Loria afirmou ainda que a estimativa não leva em conta valores que possam ser classificados como irregulares e que a maior parte dos recursos está em paraísos fiscais, como Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman e outros territórios no Caribe.

Até 31 de maio, contribuintes podem aderir à atualização dos bens e direitos no exterior, inclusive offshore, com um pagamento de 87% sobre rendimentos, percentual abaixo dos 157% da alíquota padrão.

Quem não fizer essa atualização terá exigências mais complexas para controle da tributação sobre lucros dos regimes antigo e novo, além de perder o benefício da alíquota reduzida.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

A reforma tributária reduzirá tributos? (Artigo)

MAURÍCIO LOPES DA CUNHA

MAURÍCIO LOPES DA CUNHA

Apesar da aprovação da **reforma tributária**, que teoricamente não modifica a carga total dos **tributos** no sistema tributário brasileiro, alguns setores da economia podem passar a pagar mais ou menos **impostos**.

Isso pode resultar no repasse dessa diferença ao consumidor final, mesmo que a reforma tenha como objetivo manter a carga tributária atual. Ou seja, a arrecadação em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**).

Assim sendo, acredita-se que haverá a introdução do "Teto de Referência" com base na média da receita no período de 2012 a 2021, proporcional ao **PIB**. Além disso, a implementação do novo sistema "deverá" respeitar esse parâmetro.

Em linhas gerais, o impacto real dependerá de estudos detalhados sobre o novo imposto sobre valor agregado (IVA), que substituirá PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI.

Neste contexto, mesmo com os regimes preferenciais a determinados setores, os serviços poderão enfrentar alíquotas elevadas.

Tal questão pode afetar áreas essenciais como saúde, educação e transporte, com impactos indiretos na cadeia de preços, especialmente aqueles com uso intensivo de mão de obra que devem ser impactados por um aumento na carga tributária.

Sendo assim, a simplificação tributária proporcionará ganhos de produtividade e reduzirá litígios. A medida poderá trazer alívio a alguns setores e, conseqüentemente, aos consumidores.

Contudo, há incertezas sobre a concretização desses efeitos positivos, já que muitas regras dependem de regulamentação.

Nesse sentido, a autonomia de cada Estado e Município na definição de sua quota do IVA poderá prejudicar a simplificação, embora haja ganhos esperados.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/hkmp/#p=1>

Reforma tributária: quais os benefícios para médicos e medicamentos (Reforma tributária)

O projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** (PLP 68/2024) prevê redução de 60% e 100% da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para medicamentos, equipamentos e serviços médicos.

O Ministério da Fazenda dividiu o benefício fiscal em dois grupos listados em anexos da proposta encaminhada ao Congresso Nacional.

A equipe econômica diz que as desonerações são maiores que as concedidas atualmente por meio de PIS/Cofins e ICMS, **tributos** que deixarão de existir até 2033.

O projeto prevê, ainda, o mecanismo "fast track", por meio do qual será possível atualizar a lista de isenções fiscais anualmente ou em razão de emergências de saúde pública.

Todos os itens listados nos dois grupos terão alíquota zerada quando adquiridos por meio de compras públicas.

CBS e IBS reduzidos em 60% para:

CBS e IBS zerados para:

Um primeiro grupo de itens terá redução de 60% nos **tributos** (cerca de 10% de CBS + IBS). Esse benefício fiscal valerá para 850 tipos de medicamentos.

Entre eles, losartana (usada para tratamento de hipertensão arterial), insulina (medicação para diabetes) e nimesulida (anti-inflamatório). A lista completa está disponível no anexo V do projeto.

A mesma isenção será concedida a 92 dispositivos médicos (anexo IV do projeto). Entram na lista cateter, rins artificiais, luvas cirúrgicas e seringas.

A proposta inclui também outros 71 tipos de composições enterais e parenterais (alimentação ou suplementação por via oral, nasal ou venosa), além de 27 serviços de saúde -como fisioterapia, odontologia e psicologia (veja lista completa abaixo).

A redução de 60% da CBS e do IBS será concedida também sobre seis tipos de produtos de limpeza e higiene pessoal consumidos por famílias de baixa renda.

A lista (anexo IX do projeto) inclui água sanitária, escova de dentes e papel higiênico. Além de produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, como absorventes e tampões higiênicos, coletores e calcinhas absorventes.

Um segundo grupo de itens terá isenção total da CBS e do IBS.

São 383 medicamentos, como cefalotina (usado para tratar infecções), efavirenz (anti-retroviral usado no tratamento ao HIV) e propofol (anestésico utilizado em cirurgias). A lista completa está no anexo XV.

Os **impostos** serão zerados para 17 dispositivos médicos (anexo XIII), entre eles, aparelhos de raio-x, ortopédicos, de radioterapia e tomógrafos.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/05/reforma-tributaria-quais-os-beneficios-para-medicos-e-medicamentos.shtml>

Governo acerta acordo sobre desoneração para municípios

O Congresso e o Executivo entraram em um acordo sobre a desoneração da folha de pagamentos, tanto para empresas quanto para os municípios. O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, após reunião ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A intenção é manter a desoneração no ano de 2024 e discutir a reoneração gradual a partir de 2025.

Também participaram da reunião, na residência oficial do Senado, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Os termos do acerto foram fechados pela manhã com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com o presidente do Senado, parte da solução encontrada entre Executivo e Legislativo depende de decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF). A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu que a Corte suspenda por 60 dias a ação que questiona a prorrogação da desoneração para as empresas até 2027 e o acordo agora inclui os municípios no mesmo pedido. A expectativa é por uma decisão que suspenda os efeitos da reoneração.

- Vou alinhar amanhã (hoje) com o ministro da Advocacia-Geral da União, doutor Jorge Messias, a respeito do bom encaminhamento da AGU com o Congresso Nacional, para nós darmos segurança também ao Supremo Tribunal Federal de que esse é um amplo acordo federativo, de interesse do Brasil, dos municípios, da União, das pessoas. Vamos fazer uma manifestação do Congresso tanto em relação aos 17 setores da economia quanto em relação aos municípios. Vamos tentar fazer tudo amanhã (hoje) para a gente começar a semana com isso resolvido - disse Pacheco.

Prazo A preocupação dos parlamentares é o prazo para evitai" que os municípios e os setores produtivos voltem a pagar 20% de **impostos** sobre a folha salarial, que termina na segunda-feira. Com decisão do STF sobre o tema, será possível incluir a questão dos municípios no projeto do senador Efraim Filho (União-PB) que consolida o acordo sobre a desoneração das empresas.

Pelo texto, a reoneração da folha para as empresas começará a partir de 2025, de forma gradual. O

requerimento de urgência para votação da matéria em plenário já foi apresentado e o texto deve ser votado na próxima semana. O relator é o líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), que agora terá de trabalhar para incluir no texto uma solução para a reoneração da folha dos municípios.

- Vim comunicar ao Senado a disposição do governo de fazer essa petição ao Supremo para que a mesma medida para os setores econômicos aconteça também para os municípios, ou seja: não exista reoneração neste ano 2024. Vamos construir uma proposta de reoneração gradual. O papel vai ser do relator, senador Jaques Wagner, para que a gente possa incluir no próprio projeto do senador Efraim qual seria a proposta de reoneração gradual dos municípios para os próximos anos - informou Padilha.

Pacote Além da manutenção da alíquota previdenciária de 8% para os municípios, Pacheco anunciou outras medidas que serão tomadas pelo governo após reivindicações dos prefeitos, que participaram, na segunda-feira, de sessão temática no Senado.

- Parte da pauta da nossa reunião de hoje (ontem) é um amplo acordo e um pacote robusto em benefício do municipalismo brasileiro, e vou detalhar essas iniciativas, mas considero que a grande maioria das reivindicações do municipalismo, da Confederação dos Municípios e das associações está sendo atendida pelo governo federal - disse Pacheco, que agradeceu o empenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Haddad para conseguir uma solução para as prefeituras.

Uma dessas medidas é o paive-lamento das dívidas previdenciárias, com a redução do índice de juros e a limitação do pagamento da parcela da receita corrente líquida de cada município. Além disso, o presidente do Senado informou que o governo acatou a reivindicação dos prefeitos de um novo regime de pagamento de precatórios. Todas as medidas, garantiu Pacheco, serão feitas com responsabilidade fiscal e com compensações financeiras para não haver desequilíbrio nas contas públicas.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240517&edicao=30057>

"Não há como dizer se o BC tem a credibilidade intacta"

RENATA PEDINI EDUARDO LAGUNA

ENTREVISTA: Solange Srour, Diretora para o Brasil do UBS Global Wealth Management; foi economista-chefe do Credit Suisse Brasil (de 2020 a 2023)

Depois de o racha na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) suscitar dúvidas sobre o compromisso do Banco Central na condução da **inflação** em direção à meta, a diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srour, avalia que a credibilidade da autarquia não está mais intacta. A prova disso, observa ela, é a piora nas expectativas de **inflação** após a reunião - durante a qual os quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva votaram a favor de juros mais baixos. "Se estivesse intacta, as expectativas não teriam desancorado (se distanciado da meta) mais", diz ela. Nesse cenário, ganha força o debate sobre o fim do atual ciclo de corte de juros. "A barra está muito alta para avançar e cortar mais." A seguir, os principais trechos da entrevista: A ata da reunião desfez o mal-estar no mercado com a divisão de votos entre os membros do Copom?

Houve, certamente, um mal-estar muito grande, porque o **comunicado** não trouxe explicações sobre a divergência. Entre o **comunicado** e a ata (divulgada na terça-feira), reportagens na imprensa anteciparam um pouco que o dissenso estaria em torno do compromisso com o "guidance" (indicação). A ata não trouxe, assim, grandes surpresas.

Não considero que a explicação sobre o custo de abandono do "forward guidance" vai, de fato, convencer o mercado de que os dois grupos têm a mesma avaliação sobre a taxa Selic terminal. O mercado não está convencido de que a mudança nas expectativas de **inflação** é avaliada pelos grupos da mesma forma. Vai existir uma dúvida em relação ao peso que esses dois grupos dão às expectativas de **inflação**.

A preocupação do mercado quanto ao risco de politização dos votos é justificável?

O mercado já estava esperando uma dissidência, mas o placar apertado adicionou incerteza a respeito da avaliação deste Copom sobre o peso que se dá às

expectativas e ao fato de o mercado de trabalho estar mais aquecido do que o próprio Copom imaginava.

Sobre o risco de politização, o mercado sempre vai tentar testar um BC novo, mesmo que os votos sejam unânimes. É claro que a votação não unânime aumenta o grau de incerteza em relação ao próximo BC (com a saída do atual presidente, Roberto Campos Neto, em dezembro).

Há possibilidade de o BC parar o ciclo de cortes?

O Copom deve ter alguns membros pensando em pausar. De forma unânime, o discurso é de que a política monetária vai ser guiada não só para trazer a **inflação** à meta, mas para reancorar as expectativas. Então, a barra está muito alta para avançar e cortar mais. O teste talvez seja na próxima reunião (nos dias 18 e 19 de junho). Será que o BC vai votar de forma unânime para pausar ou não? As expectativas estão mostrando uma tendência de desancoragem.

Então, o ciclo de corte está chegando ao fim. Mas haverá condições para ser reaberto no ano que vem?

É muito difícil dizer que vai fechar neste ano e trancar a porta, porque a política monetária depende de dados. Tudo vai depender de como vai evoluir, principalmente, o cenário externo. Aqui no Brasil, há dúvidas sobre o hiato do produto e sobre a resiliência da **inflação** de serviços. Quanto maior for a atividade, maior será a pressão no mercado de trabalho, nos salários e nos preços. Na verdade, a porta está aberta para, inclusive, uma alta de juros, caso seja confirmado que o mercado de trabalho está pressionando a **inflação** de serviços. A porta não está trancada nem para cortar, nem para subir os juros.

O que contribui mais para a alta nas expectativas de **inflação**?

Alguns fatores não têm a ver com o BC. Existe incerteza sobre o próximo BC, mas existe também incerteza em relação ao cenário externo. Há muita dúvida não só de quando o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) vai começar a cortar os juros, mas também sobre onde vai chegar. A política fiscal no Brasil também ficou muito mais incerta. A mudança da meta do resultado primário de 2025 trouxe ruídos porque não está claro como será

atingida.

A tendência é de a Selic seguir em dois dígitos, ou seja, de a taxa não cair para menos de 10%?

A barra para o BC continuar cortando está bastante elevada, se o objetivo for mesmo reancorar as expectativas. É muito difícil que as expectativas (para a **inflação**) voltem a cair em direção à meta de 3%, lembrando que elas não estão em 3% há muito tempo. Agora, estamos vendo as médias subindo para 2026. O mercado deve continuar precificando uma Selic terminal de dois dígitos. Para chegar a um dígito, o cenário terá de mudar completamente, haver uma incerteza muito menor em relação ao externo.

Como fica agora a credibilidade do BC?

A credibilidade deve ser medida pelas expectativas de **inflação**.

Afinal, a meta de **inflação** é o principal objetivo do BC.

Como disse, as expectativas podem ter sido afetadas por fatores que estão fora do alcance do BC. E acho que foram. Mas, em parte, também são, sim, afetadas pelo trabalho deste BC e por dúvidas em relação ao futuro.

Não há como dizer que a credibilidade está intacta. Se estivesse, as expectativas não teriam desancorado mais. Não quero dizer que desancoraram só por conta das mudanças que vão ocorrer no BC. Foi um misto de mudanças do cenário externo, incerteza sobre o Banco Central e incerteza fiscal.

"Sobre o risco de politização, o mercado sempre vai tentar testar um BC novo, mesmo que os votos sejam unânimes. É claro que a votação não unânime aumenta o grau de incerteza em relação ao próximo BC"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Fazenda já vê Selic maior em função de cenário externo

FERNANDA TRISOTTO AMANDA PUPO BRASÍLIA

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, reconheceu ontem que o cenário econômico nos Estados Unidos tem impactos no Brasil, como a expectativa atual de um número menor de cortes da Selic e de uma taxa de juro maior para o País em relação ao que se previa meses atrás.

"A mudança no cenário internacional, em particular nos EUA, traz um impacto para a expectativa de corte de juros no Brasil, temos aí uma expectativa de um número menor de cortes e uma taxa terminal maior para o Brasil do que tínhamos alguns meses atrás", disse Mello, em entrevista sobre o novo Boletim Macrofiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), que aumentou também as projeções de crescimento do **PIB** em 2024, de 2,2% para 2,5%.

INFLAÇÃO MAIOR. Ele lembrou que, desde fevereiro, há revisões "constantes" a cada publicação do Boletim Focus, com aumento de expectativas de crescimento do **PIB**, mas também é observado um "pequeno aumento" de expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), especialmente nas últimas semanas, tanto em função dos impactos da desvalorização cambial quanto decorrentes de alguma antecipação de efeitos da catástrofe no Rio Grande do Sul, destacou Mello.

No boletim divulgado ontem, o Ministério da Fazenda revisou para cima a projeção para a **inflação** medida pelo IPCA em 2024 e em 2025. A estimativa neste ano passou de 3,50% para 3,70% - dentro do intervalo de tolerância da meta estipulada para 2024, que é de 3%, com variação de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos. Já para 2025, a projeção para o IPCA passou de 3,10% para 3,20%.

"Essa estimativa já leva em consideração os impactos do câmbio levemente mais depreciado nos preços e os efeitos iniciais das chuvas no Rio Grande do Sul nos preços de alimentos, especialmente arroz, produtos in natura, frangos e carnes. Embora a **inflação** de maio e junho deva acelerar em repercussão à calamidade, o efeito nos preços tende a ser majoritariamente temporário, em grande medida compensado após a normalização da oferta desses alimentos", justificou a SPE.

PIB. O Boletim Macrofiscal da Fazenda também revisou para cima a projeção de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024. A estimativa para a expansão da atividade neste ano passou de 2,2% para 2,5%. Para 2025, a projeção se manteve em 2,8%. De acordo com o documento, a alta na projeção do **PIB** neste ano é motivada por maiores contribuições esperadas para "a absorção doméstica", como o crescimento "robusto" das vendas no varejo e dos serviços prestados às famílias, o aumento na geração líquida de postos de trabalho e a expansão das concessões de crédito.

Juro americano A mudança nas expectativas de cortes nos EUA já impactou as reduções da Selic

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Copom corta Taxa Selic com votos divididos (Artigo)

por Paulo Gala *Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.*

Em sua última reunião, o Copom cortou a Taxa Selic de 10,75% para 10,50%, numa votação dividida, com cinco votos por um corte de 0,25% e quatro votos por um corte de 0,5%. A curva de juros reagiu com uma forte alta e também com uma empinada com a ponta longa subindo muito, quase 20 pontos-base. A taxa de câmbio se desvalorizou, com o dólar indo para R\$ 5,15.

Parece haver dois Copons dentro desse BC. Tem o novo Copom e o velho Copom. O velho, composto por cinco diretores que vão sair, inclusive o presidente Campos Neto, que fica até dezembro, e o novo Copom, composto por quatro diretores, os que foram indicados pelo novo governo, que provavelmente vão assumir o BC nos próximos meses, certamente no próximo ano.

O que aconteceu na última reunião: o velho Copom foi hawk, e o novo Copom foi dove. O que é hawk e o que é dove? Dove é quem tem uma votação sobre juros mais preocupada com a atividade econômica e com o nível de emprego. Claro que também está preocupado com **inflação**. E o hawk tem uma votação mais preocupada com a **inflação**. Claro que também estão preocupados com **atividade** e com o desemprego. O hawk acaba pesando mais a **inflação**, e o dove acaba pesando mais a atividade e o emprego.

Para o cenário de curto prazo, o que há no horizonte agora são provavelmente mais alguns cortes de 0,25%, com a Selic terminando próxima de 10%. Três elementos destacados no **comunicado** e na ata preocupam muito esse Banco Central: número 1, a desancoragem das expectativas, o mercado tem hoje expectativa de **inflação** de 3,7% para este ano e 3,6% para o ano que vem; número 2, o mercado de trabalho mais aquecido, um hiato de produto mais fechado, ou seja, uma economia mais aquecida que pode pressionar a **inflação**; número 3, o cenário externo deteriorado, com a taxa de dez anos dos títulos dos EUA mais para o 4,5%, algo que Campos Neto vem

falando desde que anulou o forward guidance há algumas semanas. Esses fatores preocupam todos os diretores e parece haver unanimidade sobre o tema.

Apesar disso, a reação do mercado foi muito mais em relação aos votos do novo Copom do que aos do velho Copom, ou seja, o mercado reagiu como se a decisão tivesse sido mais dove e não hawk. Quando o Banco Central é mais hawk, a taxa de juros curta, em geral, sobe, e a longa cai, e a moeda se aprecia. Pois o mercado constrói uma visão de que os juros vão continuar mais altos, a **inflação** vai ser controlada, e o juro mais alto vai atrair mais capital.

No Brasil, ocorreu o contrário. O juro longo subiu quase 20 pontos-base depois da decisão, e o câmbio se desvalorizou. Ou seja, o mercado está interpretando a decisão como dove, e não como uma decisão hawk, dando mais peso para o voto dos novos diretores, já antecipando o que poderá ser o Banco Central a partir de 2025. Ninguém sabe quem vai ser o presidente do BC no futuro nem a nova diretoria completa. Portanto, essas reações são especulações e conjecturas, mas já dão uma ideia de como o mercado reagirá a um Banco Central mais dove do que o atual.

PRINCIPAIS PONTOS

O Copom reduziu a Taxa Selic de 10,75% para 10,50%, com uma votação dividida entre cinco votos por um corte de 0,25% e quatro votos por um corte de 0,5%

A curva de juros teve uma alta significativa, especialmente na ponta longa, com uma elevação de quase 20 pontos-base, enquanto o dólar se valorizou, atingindo R\$ 5,15

No curto prazo, é esperado que ocorram mais cortes de 0,25%, levando a Taxa Selic a terminar próxima de 10%

Três fatores preocupam o Banco Central: a desancoragem das expectativas de **inflação**, o mercado de trabalho aquecido e o cenário externo deteriorado, com a taxa de juros dos títulos dos EUA em torno de 4,5%

A reação do mercado foi mais influenciada pelos votos

dos novos diretores, interpretando a decisão como mais favorável a juros baixos, o que resultou em um aumento na taxa de juros de longo prazo e uma desvalorização da moeda brasileira

As reações do mercado são especulativas, mas já dão uma ideia de como o mercado reagirá a um novo Banco Central em 2025

por Paulo Gala* *Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB negativo no 2º tri entra no radar, diz economista

Alessandra Saraiva

A economia cresceu 0,7% no primeiro trimestre ante quarto trimestre de 2023 na leitura do Monitor do **PIB**, da Fundação Getulio Vargas (FGV). Na comparação com mesmo trimestre do ano passado, a alta no **PIB**, na ótica do indicador, foi de 2,3% e, no mensal, em março, a atividade econômica subiu 0,4% ante fevereiro. Os resultados foram impulsionados por desempenhos favoráveis em consumo das famílias e em investimentos, explicou Cláudio Considera, economista da FGV. "Mas isso [o ritmo aquecido da economia] vai mudar", disse.

Ele afirmou que o resultado não contempla o impacto, negativo, na economia brasileira da tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul. "Teremos no **PIB** do segundo trimestre efeito [do que houve no Sul] em dois meses no trimestre, em maio e em junho", lembrou o técnico. Com o agravamento da situação no Estado nas últimas semanas, o especialista não descarta que o **PIB** nacional do segundo trimestre seja negativo.

Ao falar sobre o comportamento da economia até o primeiro trimestre, no Monitor do **PIB**, o especialista ressaltou duas surpresas positivas.

Considera informou que, pelo lado da oferta, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que representa os investimentos na economia, subiu 5,1% em março ante fevereiro, com aumentos de 3,4% no primeiro trimestre, ante mesmo trimestre em 2023; e de 4,8% ante quarto trimestre. "Temos aí uma influência de juros mais baixos", notou o técnico.

Já outro aspecto positivo, dessa vez pelo lado da demanda foi resiliência do consumo das famílias. Este subiu 0,2% em março ante fevereiro, com aumentos de 4,4% no primeiro trimestre ante mesmo trimestre em 2023; e de 1,5% ante quarto trimestre de 2023.

"Mas a tragédia no Sul vai afetar consumo das famílias", comentou. O desastre das enchentes, lembrou, vai ter impacto na renda das famílias atingidas. "Essas pessoas não vão poder consumir como antes", frisou.

Outro segmento, pelo lado da demanda, que será afetado é o setor agropecuário, acrescentou o

especialista. A atividade já não estava favorável, até março, no monitor. O **PIB** agropecuário, no indicador, teve quedas de 0,7% em março ante fevereiro e de 3,8% no primeiro trimestre ante mesmo trimestre em 2023.

"O **PIB** agropecuário certamente vai sofrer" afirmou. "E também a indústria", disse. O Rio Grande do Sul é intensivo em setores industriais estratégicos, como siderurgia.

Para ele, a tragédia deve afetar negativamente também o resultado anual da economia em 2024. Ele frisou ser cedo fazer projeções do quanto a crise poderia tirar do **PIB**. A emergência na região ainda não acabou, notou. Mas, admitiu que será difícil alta de 2% na economia neste ano, conforme apostavam projeções anteriores à crise no Sul.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187876?page=1§ion=1>

Copom corta Taxa Selic com votos divididos

Paulo Gala*

CONTEÚDO PATROCINADO POR BANCO MASTER

ARTIGO

Em sua última reunião, o Copom cortou a Taxa Selic de 10,75% para 10,50%, numa votação dividida, com cinco votos por um corte de 0,25% e quatro votos por um corte de 0,5%. A curva de juros reagiu com uma forte alta e também com uma empinada com a ponta longa subindo muito, quase 20 pontos-base. A taxa de câmbio se desvalorizou, com o dólar indo para R\$ 5,15.

Parece haver dois Copons dentro desse BC. Tem o novo Copom e o velho Copom. O velho, composto por cinco diretores que vão sair, inclusive o presidente Campos Neto, que fica até dezembro, e o novo Copom, composto por quatro diretores, os que foram indicados pelo novo governo, que provavelmente vão assumir o BC nos próximos meses, certamente no próximo ano.

O que aconteceu na última reunião: o velho Copom foi hawk, e o novo Copom foi dove. O que é hawk e o que é dove?. Dove é quem tem uma votação sobre juros mais preocupada com a atividade econômica e com o nível de emprego. Claro que também está preocupado com inflação. E o hawk tem uma votação mais preocupada com a inflação. Claro que também estão preocupados com atividade e com o desemprego. O hawk acaba pesando mais a inflação, e o dove acaba pesando mais a atividade e o emprego.

Para o cenário de curto prazo, o que há no horizonte agora são provavelmente mais alguns cortes de 0,25%, com a Selic terminando próxima de 10%. Três elementos destacados no comunicado e na ata preocupam muito esse Banco Central: número 1, a desancoragem das expectativas, o mercado tem hoje expectativa de inflação de 3,7% para este ano e 3,6% para o ano que vem; número 2, mercado de trabalho mais aquecido, um hiato de

produto mais fechado, ou seja, uma economia mais aquecida que pode pressionar a inflação; número 3, o cenário externo deteriorado, com a taxa de dez anos dos títulos dos EUA mais para o 4,5%, algo que Campos Neto vem falando desde que anulou o forward guidance há algumas semanas. Esses fatores preocupam todos os diretores e parece haver unanimidade sobre o tema.

Apesar disso, a reação do mercado foi muito mais em relação aos votos do novo Copom do que aos do velho Copom, ou seja, o mercado reagiu como se a decisão tivesse sido mais dove e não hawk. Quando o Banco Central é mais hawk, a taxa de juros curta, em geral, sobe, e a longa cai, e a moeda se aprecia. Pois o mercado constrói

uma visão de que os juros vão continuar mais altos, a inflação vai ser controlada, e o juro mais alto vai atrair mais capital.

No Brasil, ocorreu o contrário. O juro longo subiu quase 20 pontos-base depois da decisão, e o câmbio se desvalorizou. Ou seja, o mercado está interpretando a decisão como dove, e não como uma decisão hawk, dando mais peso para o voto dos novos diretores, já antecipando o que poderá ser o Banco Central a partir de 2025. Ninguém sabe quem vai ser o presidente do BC no futuro nem a nova diretoria completa. Portanto, essas reações são especulações e conjecturas, mas já dão uma ideia de como o mercado reagirá a um Banco Central mais dove do que o atual.

*Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

PRINCIPAIS PONTOS

O Copom reduziu a Taxa Selic de 10,75% para 10,50%, com uma votação dividida entre cinco votos por um corte de 0,25% e quatro votos por um corte de 0,5%

A curva de juros teve uma alta significativa, especialmente na ponta longa, com uma elevação de quase 20 pontos-base, enquanto o dólar se valorizou, atingindo R\$ 5,15

No curto prazo, é esperado que ocorram mais cortes de 0,25%, levando a Taxa Selic a terminar próxima de 10%

Três fatores preocupam o Banco Central: a desancoragem das expectativas de inflação, o

mercado de trabalho aquecido e o cenário externo deteriorado, com a taxa de juros dos títulos dos EUA em torno de 4,5%

A reação do mercado foi mais influenciada pelos votos dos novos diretores, interpretando a decisão como mais favorável a juros baixos, o que resultou em um aumento na taxa de juros de longo prazo e uma desvalorização da moeda brasileira

As reações do mercado são especulativas, mas já dão uma ideia de como o mercado reagirá a um novo Banco Central em 2025

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187876?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187876?page=1§ion=1)**

Ibovespa tem leve alta apesar de 2º dia de baixa de ações da Petrobras

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Matheus Prado e Arthur Cagliari De São Paulo

O dia seguinte à demissão de Jean Paul Prates na Petrobras foi de oscilação menos intensa nos ativos locais, que operaram perto da marca da estabilidade em boa parte do pregão desta quinta-feira. Apesar disso, os juros futuros encerraram a sessão em alta, acompanhando a direção apontada pelos rendimentos dos Treasuries, que refletiram sinalizações de membros do Federal Reserve (Fed, banco central americano) para os juros nos EUA.

No encerramento da sessão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 passou de 10,57% para 10,61% e a do DI para janeiro de 2027 foi de 10,88% para 10,93%, enquanto a taxa da T-note de 2 anos subiu para 4,806%, de 4,738%, e o rendimento da T-note de 10 anos avançou de 4,344% a 4,373%. O dólar recuou 0,13%, a R\$ 5,1301, e o Ibovespa subiu 0,20%, aos 128.283 pontos, apesar da queda de 2,84% de Petrobras PN.

A piora na percepção de risco local seguiu no foco, após o sinal de maior intervenção do governo na gestão da Petrobras e ainda diante de uma maior sensibilidade do mercado após a decisão dividida do Comitê de Política Monetária (Copom) na semana anterior. Mas o maior ponto de pressão ontem foi o avanço dos rendimentos dos Treasuries, por conta das incertezas em relação aos próximos passos da política monetária nos EUA.

Antes mesmo do início dos negócios, o presidente do Fed de Nova York, John Williams, afirmou em entrevista à "Reuters" que, no momento, não vê necessidade de cortes de juros no curto prazo. Pouco depois, Thomas Barkin, da distrital de Richmond, disse que a **inflação** ainda não atingiu o patamar desejado pelo Fed, apesar da melhora dos números em abril. E o humor do mercado piorou de vez com o discurso da presidente do Fed de Cleveland, Loretta Mester, que não descartou sub ir novamente os juros e considerou que mantê-los em patamar elevado por um tempo maior parece ser a opção mais prudente no momento.

"As informações econômicas que estão chegando indicam que levará mais tempo para ganhar essa confiança [de que a **inflação** voltará à meta de 2%]; manter nossa postura restritiva por mais tempo é

prudente neste momento, à medida que ganhamos clareza sobre a trajetória da **inflação**", disse Mester em evento do Conselho Wayne de Desenvolvimento Econômico. Mester tem direito a voto nas reuniões deste ano do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês).

"A postura do Fed é bastante clara - nada de aumento [de juros], e os cortes continuarão a ser adiados até que o Fome esteja convencido de que a **inflação** foi controlada ou que há um aumento inesperado no desemprego. Por enquanto, nenhuma dessas condições foi atendida e, portanto, nenhuma mudança na taxa está no horizonte imediato", dizem Ian Lyngen e Vail Hartman, analistas de renda fixa da BMO Capital Markets.

Os profissionais esperam que o movimento da renda fixa americana seja limitado a menos que haja alguma surpresa em algum mercado externo, como o de ações e commodities, ou notícias impactantes no cenário geopolítico. "Embora esse último fator não tenha movimentado o mercado recentemente, há bolsões de risco em potencial suficientes para manter a geopolítica no radar." Antes da comunicação "hawkish" (dura) do Fed fazer preço, o mercado exibiu um ânimo contido com indicadores que mostraram alguma desaceleração da economia americana. A produção industrial dos Estados Unidos ficou estável em abril, aquém da alta esperada de 0,1%, e os pedidos semanais de se-guro-desemprego ficaram em 222 mil, 1 mil acima do previsto.

Apesar do ambiente externo desafiador, os níveis de juros elevados no Brasil têm contribuído para uma boa demanda estrangeira em títulos prefixados de longo prazo, como as Notas do Tesouro Nacional - Série Fs (NTN-Fs). Em relatório, o J.P. Morgan aponta que os fluxos estrangeiros para as NTN-Fs têm sido sólidos no início do ano. "Já em relação às LTNs, o grupo reduziu posições em março", dizem.

No leilão semanal de títulos prefixados do Tesouro Nacional de ontem, inclusive, houve venda integral dos lotes de 9 milhões de LTNs para quatro vencimentos e de 1,5 milhão de NTN-Fs para dois vencimentos. O volume total alcançou os R\$ 7,57 bilhões.

2,84% foi a baixa das ações preferenciais da Petrobras

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187876?>

Para Mello, Selic depende mais de fator externo

Estevão Taiar e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou ontem que o tamanho da queda da taxa Selic "está muito mais ligado a fatores externos do que domésticos". Atualmente, a Selic está em 10,5% ao ano.

De acordo com Mello, o nível da Selic ao fim do ciclo de corte de juros será "um tema que vamos ter observar nas próximas reuniões" do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). Mas, segundo ele, do ponto de vista doméstico, "o comportamento da inflação brasileira é muito positivo".

"Teremos desaceleração da inflação neste ano, mesmo com pressões externas e internas, como as que vão advir do Rio Grande do Sul", disse ele.

O secretário afirmou, por exemplo, que os "núcleos anualizados de inflação estão praticamente na meta", assim como a trajetória de preços "para camadas mais pobres". Ele também pontuou que os preços dos "serviços subjacentes estão bem comportados".

Na frente externa, afirmou que os dados mais recentes dos Estados Unidos "também podem abrir novas revisões" para baixo para a inflação. "Isso abre espaço para o Fed [Federal Reserve, o banco central americano] iniciar em setembro, não sei se antes, a redução [de juros]", disse.

Sobre o Brasil, Mello afirmou que o próprio BC admite "que o nosso patamar de taxa de juros é bastante restritivo". "Há bastante espaço para diminuir a Selic e ainda assim permanecer em patamar restritivo", argumentou o secretário, destacando que nos cálculos do Ministério da Fazenda a taxa neutra de juros em termos nominais está entre 8% e 9%.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187876?>

Fazenda aumenta para 2,5% estimativa de alta do PIB

BOLETIM MACROFISCAL A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda aumentou, de 2,27o para 2,57o, a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas) em 2024. As previsões estão no Boletim Macrofiscal, divulgado nessa quinta-feira (16).

Em relação à **inflação**, o documento elevou, de 3,57o para 3,77o, a projeção para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano. O resultado está dentro da meta de **inflação** para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 37°, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,57o. Para 2025, a estimativa avançou de 3,17, para 3,27°.

Segundo a SPE, contribuíram para o crescimento das estimativas para o **PIB** o avanço robusto das vendas no varejo e dos serviços prestados às famílias, o aumento na criação líquida de postos de trabalho e a expansão das concessões de crédito. De acordo com o órgão, os sinais de recuperação do investimento, baseados na expansão da construção civil e no crescimento das importações de bens de capitais (bens usados na produção), também ajudaram a elevar a projeção.

Outro fator que contribuiu para a elevação das estimativas do **PIB** são as exportações. Segundo a SPE, a recente alta do dólar contribui para melhorar as vendas externas em 2024.

Em relação aos setores da economia, a SPE considera que a expansão projetada para serviços no ano mais que compensou as revisões para baixo nas estimativas de crescimento da agropecuária e da indústria. Para a agropecuária, a estimativa passou de queda de 1,3% para queda de 1,4%. A projeção de crescimento para a indústria em 2024 passou de 2,5% para 2,4%.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Estimativa do PIB em 2024 aumentou de 2,2% para 2,5%

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda aumentou, de 2,2% para 2,5%, a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas) em 2024. As previsões estão no Boletim Macrofiscal, divulgado nessa quinta-feira (16).

Em relação à **inflação**, o documento elevou, de 3,5% para 3,7%, a projeção para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano. O resultado está dentro da meta de **inflação** para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%. Para 2025, a estimativa avançou de 3,1% para 3,2%.

Segundo a SPE, contribuíram para o crescimento das estimativas para o **PIB** o avanço robusto das vendas no varejo e dos serviços prestados às famílias, o aumento na criação líquida de postos de trabalho e a expansão das concessões de crédito. De acordo com o órgão, os sinais de recuperação do investimento, baseados na expansão da construção civil e no crescimento das importações de bens de capitais (bens usados na produção), também ajudaram a elevar a projeção.

Outro fator que contribuiu para a elevação das estimativas do **PIB** são as exportações. Segundo a SPE, a recente alta do dólar contribuiu para melhorar as vendas externas em 2024.

* Setores

Em relação aos setores da economia, a SPE considera que a expansão projetada para serviços no ano mais que compensou as revisões para baixo nas estimativas de crescimento da agropecuária e da indústria. Para a agropecuária, a estimativa passou de queda de 1,3% para queda de 1,4%, refletindo principalmente a redução nos prognósticos para a safra de soja e de milho em 2024.

Em contrapartida, a projeção de crescimento para a indústria em 2024 passou de 2,5% para 2,4%. A revisão para baixo decorre de dados mais fracos observados no primeiro trimestre para indústria extrativa e para a produção de bens de capital. Em contrapartida, a projeção de crescimento dos serviços

em 2024 subiu de 2,4% para 2,7%.

* Rio Grande do Sul

A SPE ressaltou que as estimativas para o **PIB** não consideram os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul na atividade econômica. Segundo o órgão, a magnitude do impacto depende da ocorrência de novos eventos climáticos, de transbordamentos desses impactos para estados próximos e do efeito de programas de auxílio fiscal e de crédito nas cidades atingidas pelas chuvas.

Com peso de cerca de 6,5% do **PIB** brasileiro, o Rio Grande do Sul deverá registrar perdas principalmente no segundo trimestre, parcialmente compensadas nos trimestres seguintes. Atividades ligadas à agropecuária e à indústria de transformação deverão ser as mais afetadas a nível nacional, por serem mais representativas no **PIB** do estado que no **PIB** brasileiro.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6331&edicao=133668#page/1>

Previsão de mais crescimento e mais inflação

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda aumentou de 2,2% para 2,5% a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto do país este ano, conforme boletim divulgado ontem. Em relação à **inflação**, a projeção também é de aumento: de 3,5% para 3,7%. O resultado está dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeção para o PIB sobe para 2,5%

O Ministério da Fazenda revisou para cima a projeção de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2024.

De acordo com a grade de parâmetros divulgada ontem, pela Secretaria de Política Econômica (SPE), a estimativa para a expansão da atividade este ano passou de 2,2% para 2,5%. Para 2025, a projeção se manteve em 2,8%. O último boletim macrofiscal da SPE havia sido divulgado em março de 2024.

De acordo com o Boletim Macrofiscal, a alta na previsão para o **PIB** de 2024 é motivada por maiores contribuições esperadas para a absorção doméstica e para o setor externo.

No caso do avanço nas estimativas de absorção doméstica, contribuíram o crescimento "robusto" das vendas no varejo e dos serviços prestados às famílias, o aumento na geração líquida de postos de trabalho e a expansão das concessões de crédito, disse a Fazenda.

Os sinais de recuperação do investimento, baseados na expansão de indicadores de atividade na construção civil e no crescimento das importações de bens de capitais, também auxiliaram nesse sentido.

Para o setor externo, a perspectiva de maior contribuição reflete a depreciação cambial recente, argumentou a SPE.

CLIMA No documento, a Fazenda já fez uma ponderação sobre a tragédia climática registrada no Rio Grande do Sul, observando que, nas estimativas de crescimento, não estão considerados os impactos da calamidade do Estado na atividade econômica.

A magnitude desse efeito depende da ocorrência de novos eventos climáticos, de transbordamentos desses impactos para Estados próximos e do efeito de programas de auxílio fiscal e de crédito nas cidades atingidas pelas chuvas, listou a SPE.

O **PIB** do Rio Grande do Sul, com peso aproximado de 6,5% no **PIB** brasileiro, deverá registrar perdas principalmente no segundo trimestre, parcialmente compensadas ao longo dos trimestres posteriores, avaliou a Fazenda.

"Atividades ligadas à agropecuária e indústria de transformação deverão ser as mais afetadas a nível nacional, por serem mais representativas no **PIB** do Estado que no **PIB** brasileiro", escreveu a SPE.

As projeções da SPE para o **PIB** nos anos mais à frente foram mantidas: em 2026, em 2,5%, para 2027, em 2,6%, e em 2028, em 2,5% de alta.

No último relatório Focus, divulgado na segunda-feira, 13, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central projetaram uma alta de 2,09% para o **PIB** de 2024.

Para 2025, a estimativa no Focus é de alta de 2,00%. As projeções de mercado para 2026 e 2027 também estão em 2,00%, para os dois anos.

SETORES Sobre 2024, a Fazenda afirma que a expansão projetada para serviços no ano mais que compensou revisões para baixo nas estimativas de crescimento da agropecuária e da indústria.

Para a agropecuária, a variação esperada para o **PIB** saiu de -1,3% para -1,4%, refletindo, principalmente, a redução nos prognósticos para a safra de soja e milho neste ano.

No caso da indústria, a expectativa de crescimento em 2024 também foi revisada para baixo, de 2,5% para 2,4%. A alteração refletiu, sobretudo, o menor crescimento esperado para o setor no primeiro trimestre do ano, em função de dados mais fracos observados para indústria extrativa e para a produção de bens de capital em março, disse a Fazenda. Em contrapartida, a projeção para a expansão dos serviços aumentou de 2,4% para 2,7%.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-1a863fa5dcc44d3204f79b17eb193350.pdf